

The background features two stacks of silver coins on the left and a white classical building facade with columns and arches on the right. The text is centered over this background.

EFICIÊNCIA BANCÁRIA NO BRASIL

**UM ESTUDO ENTRE OS ANOS
DE 1998 A 2005**

HARINE MATOS MACIEL

**EFICIÊNCIA BANCÁRIA NO BRASIL:
UM ESTUDO ENTRE OS ANOS DE
1998 A 2005**



HARINE MATOS MACIEL

**EFICIÊNCIA BANCÁRIA NO BRASIL:
UM ESTUDO ENTRE OS ANOS DE
1998 A 2005**

1ª Edição

Quipá Editora
2024

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M152e Maciel, Harine Matos
Eficiência bancária no Brasil : um estudo entre os anos de 1998 a 2005 / Harine Matos Maciel. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2024.

48 p. : il.

ISBN 978-65-5376-368-5

1. Economia. 2. Sistema bancário – Brasil. 3. Banco. I. Título.

CDD 332.1

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em julho de 2024

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

PREFÁCIO

Há alguns anos senti a necessidade de publicar meu primeiro trabalho na área acadêmica, minha Monografia de Graduação em Ciências Econômicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ), defendida em agosto de 2006.

O tempo foi passando e acabei entrando na vida acadêmica, cursei uma Especialização em Desenvolvimento Econômico no ano de 2006 e fiz Mestrado em Economia Rural em 2007. O primeiro doutorado em Economia não concluí, porque fui chamada para o concurso do IFCE – campus Iguatu, a 400 km da capital (Fortaleza). Nessa época decidi abandonar e que posteriormente faria outro Doutorado. Em 2015 iniciei o Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, todos cursados na Universidade Federal do Ceará.

Em 2024 completei 14 anos de IFCE, atualmente leciono no campus de Baturité (90km de Fortaleza). Para me atualizar com o meu campo de trabalho, já que fiz bacharelado e não licenciatura, cursei uma Especialização em Docência na Educação Profissional no ano de 2019.

Mesmo após todos esses anos, continuava com vontade de ter uma lembrança da minha primeira Monografia, além da versão do trabalho que guardo em casa com muito orgulho. Pensei em atualizar os dados numéricos, no entanto percebi que mudaria completamente a minha monografia, já que tanta coisa mudou em todos esses anos.

Espero que gostem do ebook e que ajude em pesquisas futuras na área sobre eficiência bancária. Uma vez que todos os trabalhos trazem alguma contribuição e a importância de se pesquisar em todos os períodos.

Boa Leitura!

Atenciosamente,

Harine Matos Maciel, Fortaleza/Ceará, junho de 2024.

Email: harine@ifce.edu.br

RESUMO

A atuação dos bancos impacta diretamente na economia de um país, dada a sua representatividade e importância. O objetivo desta pesquisa foi analisar a eficiência bancária no Brasil. Foram utilizados dados contábeis de uma amostra de 45 bancos comerciais que atuaram no Brasil no período entre 1998 a 2005, buscando verificar se há relação entre a eficiência bancária e o tipo de controle e tamanho da instituição. Esta pesquisa constatou que a maior participação dos bancos com controle estrangeiro no sistema bancário brasileiro afetou primeiramente de forma negativa os bancos nacionais, porém estes se adaptaram a concorrência com os bancos estrangeiros para não perder seus lugares no mercado, mas não foram todos que conseguiram esta adaptação e foi aí que muitos bancos fecharam. Os bancos nacionais conseguiram melhorar sua competitividade de mercado através de investimentos em tecnologias e sistemas operacionais e de controle, expansão do número de agências e qualificação de profissionais. Conclui-se que as transformações ocorridas no sistema bancário nacional e os impactos da reestruturação sobre a eficiência dos bancos no Brasil foi positiva no médio e longo prazo.

Palavras-Chaves: Bancos. Eficiência. Brasil. Liberalização.

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 90, o sistema bancário brasileiro iniciou um ciclo de internacionalização e consolidação. Afinal, significativa parcela desse ciclo foi o resultado de esforços e medidas governamentais, embaladas em um discurso otimista de que a internacionalização e a consolidação do sistema bancário brasileiro promoveriam a ampliação da oferta de crédito e, por conseguinte, taxas mais altas de crescimento econômico. Estudos como o de King e Levine (1993), mostram que sistemas financeiros melhores aumentam a probabilidade de inovações com êxito, acelerando assim o crescimento econômico.

A defesa da liberalização dos sistemas financeiros tem sido propagada em muitos estudos. Fry (1995) argumenta que a entrada dos bancos estrangeiros aumenta a disciplina do mercado, a eficiência dos bancos domésticos e desta forma aumenta a oferta de crédito. Existe, no entanto, uma literatura emergente que argumenta os danos que a liberalização dos sistemas financeiros podem causar. Weller (2001) constata que para o caso da Polônia, um aumento da fatia dos bancos estrangeiros além de reduzir a rentabilidade dos bancos domésticos também reduz a oferta de crédito por parte desses bancos. Para o caso do Brasil, têm-se estudos abrangentes sobre reestruturação do sistema financeiro como Baer (2000), Ness (2000), Puga (1999) e outros, mostrando o processo de privatização, fusões e aquisições.

O desenvolvimento e o crescimento socioeconômico são objetivos que há muito tempo vem sendo buscados por grande parte dos países. O sistema bancário, ao agir como intermediário financeiro de toda uma nação é fundamental para assegurar satisfatoriamente a conquista desses objetivos. Porém, desde a sua criação até os dias atuais, os bancos passaram por um longo processo de ajustamento para desempenhar o papel que hoje desempenham, de grande relevância para o crescimento econômico do país.

A existência de um sistema forte é essencial para qualquer país. Verifica-se a existência dos bancos em praticamente todas as economias. Desde a sua criação, o sistema bancário brasileiro vem sofrendo alterações, porém, em nenhum período nas últimas décadas observaram-se mudanças tão profundas e de tamanha grandeza quanto as que ocorreram após a implementação do Plano Real no ano de 1994. Os bancos sofreram uma grande redução na receita inflacionária e foram afetados também pela política monetária restritiva imposta após o plano de estabilização econômica. Os que possuíam ativo de maior liquidez conseguiram compensar as perdas com aumento das receitas advindas do crédito e da prestação de serviços, porém os bancos com ativos de reduzida liquidez não

resistiram às condições desfavoráveis que se seguiram ao Plano Real. Após a euforia que veio com o plano, o que se constatou foi uma alta inadimplência e nesse mesmo ano houve uma crise bancária que obrigou o Estado a injetar recursos em várias instituições, através de saneamento dos bancos públicos e privados.

Segundo Carvalho (2000) com o declínio da inflação houve um estreitamento do mercado bancário brasileiro. A participação do setor financeiro no PIB passou de 15,6% em 1993 para 6,9% em 1995. O Banco Central do Brasil (Bacen) adotou medidas de controle monetário e desaquecimento da economia, levando o sistema bancário a chegar próximo de uma grande crise. Tal crise foi evitada através da criação de programas voltados à estabilização do sistema financeiro, como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional) que possibilitou a compra dos bancos problemáticos por aqueles que estavam em melhor situação, e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) que oferecia aos governos opções de reestruturação para os bancos públicos estaduais. Com relação às mudanças do controle acionário um fato de grande relevância ocorrida na fase pós-Plano Real foi a entrada de grande volume de capital estrangeiro no setor. Um setor bancário eficiente é fundamental para o país se desenvolver em âmbito econômico e social. A globalização e a abertura dos mercados fizeram com que os bancos buscassem se adaptar à concorrência no mercado internacional.

Neste cenário, a competitividade é determinante, por isso medir o desempenho das empresas tornou-se essencial e indispensável. A mensuração de desempenho é definida por Neely (1998) como sendo o processo de quantificar a eficiência e a efetividade de ações passadas, através da aquisição, coleta, classificação, análise, interpretação e disseminação dos dados apropriados. Para Slack et al. (2002), toda organização precisa, de alguma forma, de medidas de desempenho como um pré-requisito para melhoramento. Dada a representatividade dos bancos como intermediários financeiros e a importância de se analisar o desempenho dessas instituições, o presente estudo tem como objetivo avaliar a eficiência entre instituições financeiras com carteira comercial, de capital aberto e com divulgação pública das demonstrações financeiras que atuaram no Brasil no período de 1998 a 2005, verificando as transformações ocorridas no sistema bancário nacional e investigando os impactos da reestruturação sobre a eficiência dos bancos no Brasil.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
RESUMO	
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1	09
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	
CAPÍTULO 2	19
REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA	
CAPÍTULO 3	29
METODOLOGIA	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
SOBRE A AUTORA	48

CAPÍTULO 1

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

História e Evolução do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de instituições que tem como finalidade manter o fluxo contínuo de recursos entre poupadores e investidores e assegurar a tranquilidade do mercado financeiro, através de normas e procedimentos que visam a coibir o abuso e a manter a confiança na moeda (FILHO, 1998). Os mercados financeiros têm uma função muito importante na economia. Mishkin apud Martinello (2001) afirma que “eles permitem que se desloquem fundos de pessoas a quem faltam oportunidades de investimento produtivo a pessoas que têm tais oportunidade”.

Em geral o Sistema Financeiro é um dos setores mais regulamentados. Ainda segundo Mishkin apud Martinello (2001) “o governo regulamenta os mercados financeiros por três razões principais: aumentar a disponibilidade de informações aos investidores, assegurar a saúde do Sistema Financeiro e melhorar o controle da política monetária”.

O Sistema Financeiro tem estrutura e funções complexas e forte regulamentação governamental no mundo todo. As operações bancárias e as intermediações financeiras visando lucro acontecem em todos os países de forma semelhantes, porém cada país tem algumas características especiais que diferenciam os Sistemas Financeiros (MISHKIN apud MARTINELLO, 2001).

O Sistema Financeiro Brasileiro teve início no final do período colonial para atender necessidades do reino português. Melo Franco (1973) afirma que a “necessidade de criação de um banco começou a partir da segunda metade do século XVIII, devido a insuficiência do meio circulante causada pelo declínio da produção da mineração brasileira”, e ainda afirma que:

A necessidade de um banco, para Portugal, em fins do século XVIII, era um imperativo muito mais financeiro que econômico. Em outras palavras, o banco se tornara, então urgentemente necessário; como entidade centralizadora e pública, capaz de obviar a de fomento das atividades da economia social. Nessas condições duas características lhe eram inevitáveis: seria um Banco de Estado e seria um Banco Emissor.

Segundo Carmo Lopes e Rossetti (1991) com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, além do estabelecimento de instituições monetárias, criaram-se as pré-condições necessárias

para o surgimento de intermediação financeira no país e a criação de bancos comerciais. Foi então criado o Banco do Brasil, a primeira instituição financeira do país, cujo alvará de funcionamento foi expedido em 12 de outubro de 1808. O Banco do Brasil foi fundado para fornecer papel-moeda, embora, se dissesse, por vezes, o contrário. Servindo aos interesses políticos e financeiros da corte, o Banco do Brasil não demorou muito para quebrar e, assim foi liquidado sendo posteriormente recriado e liquidado por mais três vezes, sendo o que existe atualmente o quinto, com o mesmo nome (MELO FRANCO, 1973).

Somente a partir de 1853 é consolidada a estrutura do Sistema Financeiro do Brasil durante o Império, com a criação de novas filiais do Banco do Brasil e a abertura de algumas outras casas bancárias. Assim, segundo Carmo Lopes e Rossetti (1991) “no final da década de 1870, o Brasil possuía dezessete bancos, essencialmente ligados as atividades do setor cafeeiro ou a implantação de projetos no setor de infraestrutura “.

Nos últimos anos do Império e durante a Primeira República, o Brasil passou por uma fase de crescimento não disciplinado e uma crise financeira que terminou em 1905, resultando em muitas fusões e incorporações bancárias. Assim, em 1910 o Brasil possuía 21 bancos (CARMO LOPES; ROSSETTI, 1991).

O período de 1914 a 1945 foi muito importante no aspecto de intermediação financeira do Brasil. Nesse período houve a expansão dos bancos comerciais e das caixas econômicas, passando a haver também mais segurança nas intermediações financeiras devido a criação da Inspeção Geral dos Bancos (1920), a qual foi substituída em 1942 pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, em 1921 houve a instalação da Câmara de Compensação e a implantação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, foram elaborados projetos para ampliação e diversificação da estrutura de intermediação financeira e também se iniciaram os estudos e esforços para a criação de um Banco Central no país. Em 1945 o país contava com um total de 2074 agências bancárias, sendo 2035 nacionais e 39 estrangeiras (CARMO LOPES; ROSSETTI, 1991).

A fim de melhorar a fiscalização exercida sobre o Sistema Financeiro e controlar o mercado monetário, em 1945, através do Decreto Lei nº 7.293, foi criada a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que teve como consequência o encerramento de atividades de inúmeros bancos e outros tantos desapareceram, através de fusões e incorporações (FORTUNA, 1996).

O período de 1945 a 1965 foi um período de transição marcado por importantes transformações, como a expansão geográfica do número de agências bancárias, implantação da SUMOC (1945), criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE – 1952),

criação de instituições de apoio a regiões carentes (como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazonia (BASA), desenvolvimento de companhias de crédito, financiamento e investimento para fornecimento de linhas de crédito de médio e longo prazo (CARMO LOPES; ROSSETTI, 1991).

Em 1964 e 1965 houve a promulgação de três leis que introduziram profundas alterações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional:

- ✓ Lei nº 4.380 – 21/08/64: instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação;
- ✓ Lei nº 4.595 – 31/12/64: definiu as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras e transformação do SUMOC e seu Conselho em Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, respectivamente;
- ✓ Lei nº 4.728 – 14/07/65: disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento.

A partir desses três institutos legais, o Sistema Financeiro Brasileiro passou a contar com maior e mais diversificado número de intermediários financeiros não bancários, com áreas específicas e bem determinadas de atuação. Ao mesmo tempo, foi significativamente ampliada a pauta de ativos financeiros, abrindo-se um novo leque de opções para aplicação de poupanças e criando-se condições mais efetivas para a ativação do processo de intermediação.

Após o período de 1968 a 1973, o país passou a conviver com uma conjuntura adversa internacional (choque de petróleo de 1973 e 1979 e a crise da dívida externa de 1982) e conturbada a nível interno (redemocratização e inflação). Influenciado também por esses acontecimentos, surgiu por parte dos agentes econômicos a necessidade de se protegerem quanto as oscilações adversas a que estão sujeitos, tanto a fatos e políticas internas, quanto externas. A transformação que vem passando a intermediação financeira nos últimos anos é motivada pelo desenvolvimento da economia, refletindo em processos de fusões e incorporações, resultando em aumento de competitividade.

Diante disso a atividade de intermediação financeira, além de minimizar a incerteza e os riscos a níveis compatíveis com as exigências de maximização dos ganhos, terá que proporcionar cada vez mais segurança e agilidade no julgamento e previsão de melhores retornos.

COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional foi estruturado e regulado pela Lei de Reforma Bancária (1964), Lei do Mercado de Capitais (1965) e, mais recentemente, com a Lei de criação dos Bancos Múltiplos (1988). É constituído por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, existentes no país (RUDGE; CAVALCANTE, 1998).

A Lei da Reforma Bancária nº 4.595/64, em seu artigo 17 define as instituições financeiras “consideram-se para efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas publicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros “.

Essas instituições financeiras ainda podem ser classificadas em dois tipos: bancárias ou monetárias, e não bancárias ou não monetárias. As instituições financeiras bancárias são aquelas a quem se permite a criação de moeda por meio do recebimento de depósitos a vista, operando basicamente com ativos financeiros monetários que representam os meios de pagamento da economia. Essas instituições são representadas fundamentalmente pelos bancos comerciais e múltiplos.

Nas instituições financeiras não bancárias inexistente a possibilidade de criação de moeda. Essas instituições trabalham basicamente com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários (CDB), debentures, entre outros. Elas são constituídas por, praticamente, quase todas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro. São as sociedades corretoras, os bancos de investimento, as sociedades financeiras, as sociedades de arrendamento mercantil, entre outros.

Quanto a função, Rudge e Cavalcante (1998) dividem o Sistema Financeiro Nacional em dois subsistemas: o normativo e o operativo ou de intermediação. O subsistema normativo é aquele que cria as normas que orientam o funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições. Suas funções são regular, controlar e exercer fiscalização sobre as instituições intermediadoras, disciplinar todas as modalidades de crédito bem como a emissão de títulos e valores mobiliários. Fazem parte deste subsistema:

a) Autoridades Monetárias

- ✓ Conselho Monetário Nacional (CMN): é responsável por gerir todas as normas, desde adaptar o volume de dinheiro as necessidades do país, regular o preço da moeda da moeda do país residente diante da moeda de outros países, coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentaria, fiscal e da dívida pública interna e externa. É ele quem autoriza a emissão de moeda, fixa as diretrizes da política cambial e de juros, enfim, regula a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país;
- ✓ Banco Central do Brasil (BACEN): é o órgão responsável pela execução das normas que regulam o Sistema Financeiro Nacional. São suas atribuições agir como banco dos bancos, gestor do Sistema Financeiro, executor da Política Monetária, banco emissor e banqueiro do governo;

b) Autoridades de Apoio

- ✓ Comissão de Valores Mobiliários (CVM): é um órgão normativo voltado ao mercado de ações e debêntures. Ela é vinculada ao Governo Federal e seus objetivos podem ser sintetizados em apenas um: fortalecimento do mercado acionário;
- ✓ Banco do Brasil (BB): até janeiro de 1986 o Banco do Brasil assemelhava-se a uma autoridade monetária mediante ajustamentos da conta movimento do BACEN e do Tesouro Nacional. Atualmente, o BB é responsável pela maior parte do crédito rural e agenciamento dos pagamentos e recebimentos fora do país;
- ✓ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): é a principal instituição financeira de fomento do Brasil por impulsionar o desenvolvimento econômico, atenuar desequilíbrios regionais, devido a modernização e promover o crescimento de exportações, dentre outras funções;
- ✓ Caixa Econômica Federal (CEF): caracteriza-se por estar voltada ao financiamento habitacional e ao saneamento básico. É um instrumento governamental de financiamento social.

O subsistema operativo ou de intermediação é aquele que funciona em segmentos específicos do mercado financeiro, de capitais (longo prazo), monetários (curto prazo) e cambiais, subordinando-se as normas descritas pelo subsistema normativo. Fazem parte deste subsistema:

a) Instituições Financeiras

- ✓ Bancos Comerciais (BC): são intermediários financeiros que transferem recursos dos agentes superavitários para os deficitários, mecanismo esse que acaba por criar moeda através do efeito multiplicador. Os bancos comerciais podem descontar títulos, realizar operações de abertura de crédito simples ou em conta corrente, realizar operações especiais de crédito rural, de câmbio e comércio internacional, captar depósitos a vista e a prazo fixo, obter recursos junto as instituições oficiais para repasse aos clientes, entre outros;
- ✓ Bancos Múltiplos (BM): como o próprio nome diz, tais bancos possuem pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de leasing;
- ✓ Bancos de Desenvolvimento (BD): o já citado BNDES é o principal agente de financiamento do Governo Federal. Destacam-se outros bancos regionais de desenvolvimento como, por exemplo, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazonia (BASA);
- ✓ Bancos Cooperativos ou Cooperativas de Crédito: equiparando-se as instituições financeiras, as cooperativas normalmente atuam em setores primários da economia ou são formadas entre os funcionários das empresas. No setor primário, permitem uma melhor comercialização dos produtos rurais e criam facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os consumidores. No interior das empresas em geral, as cooperativas oferecem possibilidades de crédito aos funcionários, os quais contribuem mensalmente para a sobrevivência e crescimento da mesma. Todas as operações facultadas as cooperativas são exclusivas aos cooperados;
- ✓ Bancos de Investimentos: captam recursos através de emissão de CDB (Certificado de Depósito Bancário) e RDB (Recibo de Depósito Bancário), de captação e repasse de recursos e de venda de cotas de fundos de investimentos. Esses recursos são direcionados a empréstimos e financiamentos específicos a aquisição de bens de capital pelas empresas ou subscrição de ações e debentures. Os bancos de investimento não podem destinar recursos a empreendimentos mobiliários e tem limites para investimentos no setor estatal;
- ✓ Bolsas de Valores: reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Bolsas de Valores têm a responsabilidade de abrigar o processo de compra e venda de ações. Hoje, além da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), podemos destacar a BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), que comercializa, além de taxas de juros e

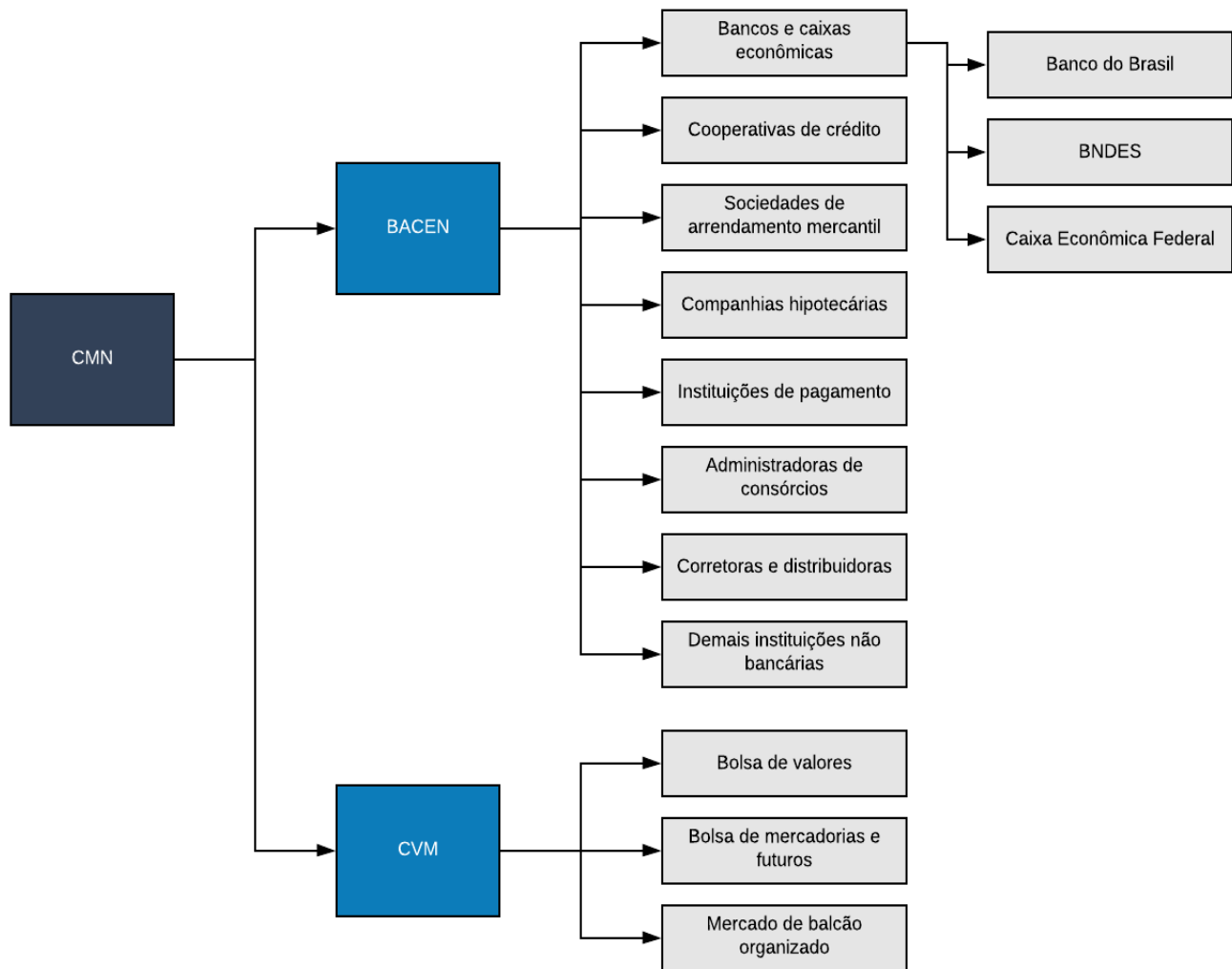
dólar no mercado futuro, várias commodities agrícolas como soja, café, arroba de boi e algodão;

- ✓ Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos: essas sociedades operam com títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. São instituições que dependem do Banco Central para constituírem-se e da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício de suas atividades. As corretoras podem efetuar lançamentos de ações, administrar carteiras e fundos de investimentos, intermediar operações de câmbio;
- ✓ Empresas de Factoring: atividade pela qual uma instituição financeira especializada compra e administra as duplicatas de outras empresas, diminuindo-se a intermediação dos bancos no desconto de duplicatas. A instituição financeira que executa a operação de factoring é denominada fator;
- ✓ Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos: as financeiras captam recursos através de letras de câmbio e sua função é financiar bens de consumo duráveis aos consumidores finais (crediário). Tratando-se de uma atividade de alto risco, seu passivo é limitado a 12 vezes seu capital mais reservas;
- ✓ Associações de Poupança e Empréstimo: são sociedades civis onde os associados têm direito a participação nos resultados. A captação de recursos ocorre através de caderneta e seu objetivo é principalmente financiamento imobiliário;
- ✓ Sociedades de Crédito Imobiliário: ao contrário das Caixas Econômicas, essas sociedades são voltadas ao público de maior renda. A captação ocorre através de letras imobiliárias, depósitos de poupança e repasses da Caixa Econômica Federal. Esses recursos são destinados, principalmente, aos financiamentos imobiliários diretos ou indiretos;
- ✓ Entidades Fechadas de Previdência Privada: são instituições mantidas por contribuições de um grupo de trabalhadores. Por determinação legal, partes de seus recursos devem ser destinados ao mercado acionário;
- ✓ Sociedades Distribuidoras: tais instituições não tem acesso as bolsas como as Sociedades Corretoras. Suas principais funções são a subscrição de emissão de títulos e ações, intermediação e operações no mercado aberto. Elas estão sujeitas a aprovação pelo Banco Central;
- ✓ Sociedade de Arrendamento Mercantil: operam com operações de leasing que tratam-se de locação de bens de forma que, no final do contrato, o locatário pode renovar o contrato, adquirir o bem por um valor residencial ou devolver o bem locado a sociedade. Atualmente, tem sido comum operações de leasing em que o valor residual

é pago de forma diluída ao longo do período contratual ou de forma antecipada, no início do período. As Sociedades de Arrendamento Mercantil captam recursos através de debentures, com características de longo prazo;

- ✓ Companhias Hipotecárias: dependem de autorização do Banco Central para funcionarem, tem objetivos de financiamento imobiliário, administração de crédito hipotecário e de fundos de investimento imobiliário, dentre outros;
- ✓ Agências de Fomento: sob supervisão do Banco Central, as agências de fomento captam recursos através dos orçamentos públicos e de linhas de créditos de bancos de desenvolvimento, destinando-os a financiamentos privados de capital fixo e de giro;
- ✓ Bancos Cooperativos: são verdadeiros bancos comerciais surgidos a partir de cooperativas de crédito. Sua principal restrição é limitar suas operações em apenas uma unidade federativa, o que garante a permanência dos recursos onde são gerados, impulsionando o desenvolvimento local.

Quando se analisa o desenho do Sistema Financeiro Nacional nos últimos anos, percebe-se que há uma mudança de propriedade dos bancos, está ocorrendo uma maior participação dos bancos estrangeiros e uma menor participação de bancos públicos, principalmente os estaduais. Esta mudança de configuração do Sistema Financeiro se deu de forma rápida devido ao processo de abertura financeira e aos programas PROER (Programa de Estimulo a Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e PROES (Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) que auxiliaram no saneamento dos bancos.

ORGANOGRAMA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Fonte: Rudge; Cavalcante (1998).

AS INTERMEDIações FINANCEIRAS

Dentre as várias funções desempenhadas pelos sistemas financeiros internacionais, a principal sempre foi a de realocar os recursos dos agentes econômicos com oferta de recursos (ditos poupadores) para aqueles com necessidades de financiamento (os tomadores). Nas últimas décadas, porém, uma série de inovações e avanços nas informações econômicas tem reconfigurado o negócio tradicional dos intermediários financeiros, passando agora a ter relevância o seu papel de gerenciador e facilitador na transferência de risco.

A mudança substancial ocorrida nos sistemas financeiros de vários países nos últimos 30 anos foi objeto de estudo em Allen e Santomero (1998). Como parte destas mudanças, muitos mercados

financeiros tradicionais se expandiram, novos mercados passaram a existir, os custos de transação diminuíram e a informação tornou-se mais barata e disponível. Entretanto, a intermediação aumentou e conseqüentemente a importância dos intermediários financeiros, tanto nos mercados tradicionais quanto nos novos mercados, como é o caso dos diversos tipos de derivativos. Este crescimento do mercado financeiro tem coincidido com a mudança na participação dos indivíduos nestes mercados que, em vez de atuarem de forma direta, o fazem através de vários tipos de intermediários.

Bhattacharya e Thakor (1993) destacam que os serviços fornecidos pelos intermediários financeiros, questionam sobre o racionamento de crédito que é feito pelos bancos a alguns clientes em vez da cobrança de preços mais altos, discutem os desenhos de contratos de depósitos e comparam os custos e benefícios para um intermediário em utilizar dívidas de curto prazo para financiar ativos de longa duração.

Com relação aos serviços tornados disponíveis pelos intermediários financeiros, é ressaltado que:

- ✓ eles reduzem os custos de transação com serviços que vão de corretagem a transformação qualitativa dos ativos;
- ✓ com assimetria de informação, tanto os intermediários financeiros de depósito quanto aqueles não depositários saem ganhando com o crescimento nos seus tamanhos por causa dos custos de incentivo por agente, que são mais baixos, ou seja, os custos de corretagem e de transformação qualitativa dos ativos são sensivelmente diminuídos com a diversificação, entretanto, em algumas circunstâncias, os intermediários serão de tamanho finito;
- ✓ dada a significativa assimetria de informação com respeito aos tomadores, os empréstimos bancários são especiais no sentido de que eles sinalizam qualidade de uma maneira que outras formas de crédito não o fazem;
- ✓ os bancos aumentam o investimento agregado e também promovem sua qualidade (BHATTACHARYA; THAKOR, 1993).

Tendo em vista a crescente importância e internacionalização do comércio dos bens e serviços financeiros, os países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente, tiveram que se adequar a este novo cenário mundial de globalização e entrar num processo de liberalização dos seus sistemas financeiros, como aconteceu no Brasil a partir de 1995, permitindo a entrada de instituições bancárias dispostas a se expandir internacionalmente para facilitar a comercialização dos seus produtos. Com isso verifica-se uma redução na intervenção do Estado na economia.

CAPÍTULO 2

RESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA

Ao longo das últimas décadas ocorreu um acentuado processo de liberalização e desregulamentação financeira em quase todos os países, no qual este processo motivou e impulsionou transformações na dinâmica concorrencial bancária mundial.

Após o final da Segunda Guerra Mundial criou-se um sistema de finanças reguladas, caracterizado no plano internacional pelo controle de capitais e pelas taxas de câmbio fixas e ajustáveis. Tal sistema buscava estruturar o capital financeiro internacional contendo sua mobilidade de forma a prevenir a ocorrência de crises no processo de acumulação mundial, como ocorrido entre o final da década de 1920 e a segunda guerra mundial, e canalizar o capital financeiro para o financiamento do capital produtivo. Desde a década de 1960, no entanto, tal sistema começou a revelar suas tensões e vulnerabilidades. Com a retomada da conversibilidade cambial nos países europeus no final da década de 1950 se formou o Euromercado.

O Euromercado surgiu como resposta a crescente regulamentação imposta pelos vários governos europeus aos mercados locais de capitais, sobretudo nos mercados de renda fixa. O Euromercado, que contou com o apoio dos Estados Unidos e Inglaterra, oferece as empresas uma oportunidade de emitir títulos de dívida ou obter empréstimos fora de seus mercados nacionais, com custos inferiores, dada a menor regulamentação governamental.

Muitos autores afirmam que o Euromercado foi essencial para a globalização financeira. Para Moffit (1984) o Euromercado foi o embrião da globalização financeira, na medida em que representou a formação de um mercado mundial de moeda sem pátria. Na verdade, o Euromercado, essencialmente um mercado interbancário, transformou o caráter da atividade bancária, ao unir mercados financeiros nacionais privados e livres dos Bancos Centrais, de dimensões que ninguém sabe ao certo. Efetivamente, ele representou o cenário financeiro mais liberal ocorrido na história.

Helleiner (1994) afirma que ele era totalmente dependente dos estados para operar e o banco da Inglaterra foi o seu maior defensor. A Inglaterra necessitava de capitais e entendeu que a conversibilidade da libra e o Euromercado lhe dariam acesso livre aos capitais de que necessitava para financiar seus desequilíbrios no balanço de pagamentos. Argumentos semelhantes foram usados

pelos Estados Unidos para financiar seus déficits externos na década de 1960 que foi um período de transição, pois o pleno funcionamento desse mercado só veio a ocorrer décadas posteriores.

Já nos anos de 1970, a partir do sistema cambial estabelecido pelo Acordo de Bretton Woods que visava assegurar a estabilidade monetária internacional, impedindo que o dinheiro escapasse dos países e restringindo a especulação com as moedas mundiais, os governos nacionais foram desistindo de correr contra o mercado. Por exemplo, os Estados Unidos e a Alemanha passaram a promover a desregulamentação e a liberalização dos controles sobre os fluxos financeiros domésticos e entre fronteiras.

Tais medidas logo foram tomadas por Inglaterra, Japão, Canadá, entre outros. Com isto os bancos com atuações internacionais alcançaram maior mobilidade e flexibilidade em suas operações. Já na década de 1980 e 1990, com a integração mundial dos mercados, a liberalização e a desregulamentação financeira e bancária intensificou-se e espalhou-se pelo mundo (CAPRIO; HONOHAN; STIGLITZ, 1999).

MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Lei da Reforma Bancária de 1964 (Lei nº 4.595), além de estabelecer o modelo de instituições especializadas, foi responsável pela criação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A Lei do Mercado de Capitais de 1965 (Lei nº 4.728), entre outros dispositivos, regulamentou as atividades das bolsas de valores, criou incentivos fiscais para a emissão e aquisição de ações e debêntures e definiu as funções dos bancos de investimento. Os bancos comerciais somente poderiam realizar operações de crédito de curto prazo, captando depósitos a vista. Os bancos de investimento e desenvolvimento, por sua vez, seriam responsáveis pelos empréstimos de longo prazo, a partir da captação de depósitos a prazo e de recursos no exterior. As sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) deveriam operar no crédito ao consumidor e em empréstimos pessoais, captando letras de câmbio. Finalmente, as instituições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) responderiam pelo financiamento habitacional, com base nos recursos obtidos através de depósitos de poupança e de letras imobiliárias. Na prática, contudo, o Sistema Financeiro que se seguiu as reformas adotadas foi bem menos segmentado do que a legislação indicava (CARNEIRO et al, 1993). Diferentes instituições financeiras pertencentes ao mesmo conglomerado podiam operar juntas utilizando o mesmo espaço físico, mas com um plano contábil separado, de modo a se enquadrar na legislação.

Em junho de 1988, o Banco Central introduziu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), tornando possível a unificação das instituições financeiras em um mesmo plano contábil. Em setembro de 1988 foi aprovada a Resolução 1.524 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criando os bancos múltiplos que passariam a operar no mínimo em duas e no máximo em quatro funções como banco comercial, banco de investimento, banco de desenvolvimento, dentre outros (PUGA, 1999).

A implantação do Plano Real no início de julho de 1994 tinha como objetivo estabilizar os preços, privatizar bancos estaduais, abertura do país para o capital estrangeiro e a adequação dos bancos ao Acordo de Basileia. Estes objetivos teriam que ser alcançados para fortalecer e reestruturar o Sistema Financeiro Nacional (DE PAULA; MARQUES, 2004).

No período anterior ao Plano Real, em que o país vivia uma alta inflação, os bancos obtiveram elevada rentabilidade, apropriando-se das receitas obtidas através dos ganhos associados com o spread bancário, a diferença entre os custos de captação dos bancos e os juros cobrados nos empréstimos na intermediação financeira.

Com o Plano Real e o processo de estabilização de preços decorrente, houve a necessidade de reestruturação do setor e a adequação ao novo ambiente. As rendas advindas com a flutuação dos preços caíram a quase zero no ano de 1995 como mostra a tabela 01. Com a consequente remotização da economia e com o crescimento do consumo resultante da queda da inflação, os bancos puderam, inicialmente, obter receitas da intermediação financeira através do aumento de crédito, que cresceu no final de 1994, e com a cobrança de tarifas sobre os serviços bancários que foi significativamente liberalizada.

Tabela 01: Receita Inflacionária (1990 – 1995)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária/PIB	4%	3,8%	4%	4,3%	2%	0,1%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 1995.

Em agosto de 1994, juntamente com o Acordo de Basileia, o Banco Central editou a Resolução nº 2.099 de 17/08/1994, onde o governo brasileiro estipulou que a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, que os bancos teriam de reter seria de 8% em relação ao risco das suas operações ativas, sendo esse valor posteriormente elevado para 10% e em seguida para 11%. Esta medida dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno e

médio porte que atuavam normalmente com alavancagem maior do que das grandes instituições. Em estudos recentes, observa-se que os bancos brasileiros, no que diz respeito a exigência de capital mínimo em relação ao risco das operações ativas, possuem um perfil conservador, já que este percentual supera, em sua grande maioria, os limites estipulados pelo Comitê da Basileia. Este resultado não é surpreendente considerando que a aplicação em títulos públicos é considerado risco zero (PAULA; ALVES, 2003).

Assim, no início de novembro do ano de 1995, o governo adotou um conjunto de medidas voltadas a reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Entre essas medidas, destacam-se o estabelecimento de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras. Para a implementação destas operações de intervenção e venda da parcela saudável de instituições financeiras inadimplentes, o PROER (Programa de Estímulos a Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

Importante também foi a Medida Provisória 1.182 de 17/11/95 (posteriormente transformada na Lei nº 9.447 de 14/03/97) que aumentou os poderes do Banco Central na intervenção, na liquidação de instituições financeiras, facilitando a promoção de soluções de mercado no saneamento bancário brasileiro.

Em novembro de 1995, a Resolução 2.208 editada pelo Banco Central, institui o PROER que é uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar as reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não privatizadas de instituições financeiras (PUGA, 1999).

Ainda em novembro de 1995, a Resolução 2.212 editada pelo Banco Central, estabeleceu um limite inicial maior de capital para a constituição de novos bancos. Em maio de 1998, a Resolução 2.493 também editada pelo Banco Central, abriu a possibilidade de os bancos venderem parte ou toda a carteira de crédito a sociedade anônima de objeto exclusivo. Assim facilitou a recuperação do capital emprestado ou, pelo menos, uma parte, estimulando as instituições financeiras a ampliarem a oferta de crédito. Ao permitir o repasse dos créditos das instituições sob intervenção, a medida também agilizou o processo de saneamento dos bancos (PUGA, 1999).

PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUÇÃO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL (PROES)

O debate sobre a importância dos bancos estaduais e os argumentos favoráveis e contra suas privatizações duraram muitos anos. O principal objetivo dos bancos estaduais é atender os municípios no qual estão inseridos, auxiliando assim no crescimento econômico destes, porém muitos estudos também começaram a afirmar que manter os bancos estaduais era prejuízo para os estados.

Os bancos estaduais foram criados em sua maioria no final dos anos 50 e início dos anos 60, estes tinham uma linha filosófica adaptada a época: servir de instrumento auxiliar e financeiro ao processo de desenvolvimento econômico de seus respectivos estados. A lógica dessa linha era coerente com os ensinamentos da antiga CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) organismo da ONU (Organização das Nações Unidas).

Segundo Mussalém (1997) os anos de 1960 e 1970 foram os tempos áureos do sistema de bancos estaduais no Brasil. Porém, nos anos de 1980 iniciou-se a decadência destes bancos devidos a algumas razões como: crise da dívida externa brasileira, fragilização financeira dos estados e o aumento do déficit público, fim da inflação elevada e a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas.

O caminho inevitável do sistema de bancos estaduais é a privatização, um fato realmente incontestável e já absorvido pelos governadores atuais, a maioria deles esperando se ver livre, o mais rapidamente possível desse problema. Portanto, não é demais afirmar que, a médio prazo, o banco estadual que não for privatizado vai simplesmente fechar (MUSSALEM, 1997).

A reestruturação dos bancos estaduais foi realizada devido ao PROES. Conforme o Banco Central (1996) dos bancos estaduais existentes no ano de 1996, 10 foram extintos, 06 privatizados pelos governos estaduais, 07 federalizados para posterior privatização, 05 reestruturados com recursos do PROES e 03 não participaram.

O objetivo dessa nova legislação era refletir padrões internacionais estabelecidos pelo Acordo de Basileia. Essa legislação tornaria os bancos públicos federais mais fortes, mais competitivos e, sobretudo, mais transparentes. Alegava-se a necessidade de impor aos bancos públicos federais a mesma disciplina a que estão submetidos os bancos privados (BASTOS; MARTINS, 1990).

As principais resoluções que faziam parte do PROES, através da Medida Provisória 1.514 de agosto de 1996, eram: 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou a privatização das instituições ou a sua transformação em agências de fomento ou

a sua liquidação; a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento; as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo, em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias (DE PAULA; MARQUES, 2004).

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE O CAPITAL ESTRANGEIRO E AS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes do processo de consolidação bancária no país, já que caracteriza um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do “distress” bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações voltadas para o fortalecimento do setor bancário no país. Além disso, deve ser entendida no contexto de uma estratégia da expansão internacional de alguns conglomerados financeiros que ocorre nos anos 90, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, no cenário amplo do processo de desregulamentação financeira (FREITAS, 1999).

Este processo foi iniciado pela maior abertura do capital estrangeiro ocorrida nos anos de 1995. Segundo Puga (1999) antes da liberalização ocorrida em 1995, a legislação brasileira sobre capital no setor bancário limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. No entanto, com as mudanças ocorridas com a liberalização econômica, os bancos estrangeiros passaram a atuar mais fortemente no Brasil.

De Paula e Marques (2004) destacam as principais aquisições feitas na época do início da abertura econômica pelos bancos estrangeiros no Brasil: a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, o espanhol Santander comprou o Banespa, o Sudameris adquiriu o Banco América do Sul, o espanhol Bilbao Vizcaya comprou o Excel Econômico e o holandês Abn Amro Bank adquiriu o Banco do Estado de Pernambuco e o Banco Real.

Os grandes bancos privados brasileiros como Bradesco, Itaú e Unibanco, na época em questão, responderam a esta concorrência também comprando pequenos bancos e participando das licitações para a privatização dos bancos estaduais, buscando assim aumentar a sua rede bancária no país.

O Plano Real modificou fortemente o sistema bancário brasileiro, aumentando assim a concorrência bancária no país, além da estabilização da economia e a contenção da inflação. A

Tabela 02 mostra o número de bancos brasileiros por tipos de controle no período entre 1995 e 2003, reafirmando as mudanças ocorridas no cenário bancário nacional.

Tabela 02: Número de Bancos Brasileiros por Tipos de Controle (1995 – 2003)

Tipos de Instituições	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PE	27	27	22	18	12	7	7	7	6
PF	5	5	5	5	7	10	9	9	8
PN	144	130	119	105	96	93	82	75	78
PCE	38	40	45	58	67	69	70	65	62
PPE	28	29	26	17	12	13	14	11	10
Total	242	231	217	203	194	192	182	167	164

Fonte: Davila (2005).

Onde: PE = Público Estadual; PF = Público Federal; PN = Privado Nacional; PCE = Privado com Controle Estrangeiro; PPE = Privado com Participação Estrangeira.

Com base na tabela acima conclui-se que houve uma redução significativa do número total de bancos brasileiros. Os bancos públicos estaduais passaram de 27 no ano de 1995 para 06 no ano de 2003, uma redução de quase 23% de participação. Já os bancos federais tiveram um aumento de 05 em 1995 para 08 em 2003, devido a algumas federalizações que foram feitas em bancos estaduais para uma posterior privatização como ocorreu com o Banco do Estado do Ceará (BEC). Os bancos privados nacionais tiveram uma queda de 54% de sua participação no mercado. Enquanto os bancos com controle estrangeiro tiveram um crescimento expressivo passando de 38 em 1995 para 62 em 2003, quase duplicaram a participação no mercado brasileiro. Já os bancos com participação estrangeira diminuíram no período analisado de 28 no ano de 1995 para 10 no ano de 2003, os motivos dessa diminuição são que os bancos deixaram de ter participação para ter controle dos bancos.

Além da redução do número de instituições financeiras nacionais, houve uma perda de espaço tanto em patrimônio líquido do setor como em operações de crédito. A liberalização financeira da economia brasileira para os bancos estrangeiros, pelo menos de imediato, não foi benéfica para os bancos nacionais. A literatura sobre os efeitos da entrada de bancos estrangeiros em mercados domésticos bancários mostra que, em termos gerais, essa entrada tem dois principais impactos: os bancos estrangeiros são menos eficientes do que os bancos domésticos nos países desenvolvidos, mas mais eficientes do que os bancos domésticos em economias emergentes; e a entrada de bancos estrangeiros pode tornar os mercados bancários nacionais mais competitivos e forçar os bancos domésticos a operar de forma melhor e mais eficiente, os fazendo reduzir suas despesas operacionais e ao mesmo tempo expandindo suas atividades (DEMINGUC; HUIZINGA, 1998):

- a) primeiro, os bancos estrangeiros são menos eficientes do que os bancos domésticos nos países desenvolvidos, mas mais eficientes do que os bancos domésticos em economias emergentes. A fonte da eficiência superior em relação as instituições domésticas em países emergentes é diversificada, e a lista inclui a maior estabilidade dos bancos estrangeiros, o mais fácil acesso a fontes estrangeiras de fundos, a maior propensão a inovação dos bancos estrangeiros e, finalmente, ao fsto de que eles tem, de forma geral, uma supervisão mais rigorosa em seu país nativo;
- b) segundo, a entrada de bancos estrangeiros pode tornar os mercados bancários nacionais mais competitivos e, desse modo, pode forçar os bancos domésticos a operar de forma melhor e mais eficiente, os fazendo reduzirem suas despesas operacionais e, ao mesmo tempo, expandirem suas atividades.

A tabela 03 explana a participação percentual das instituições do segmento bancário no patrimônio líquido do segmento, evidenciando as mudanças ocorridas com a reestruturação bancária brasileira.

Tabela 03: Participação percentual das instituições do segmento bancário no patrimônio líquido (1996 – 2004)

Instituições	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Públicos (e Caixas Estaduais)	12,4	11,5	11,4	11,1	5,7	3,5	4,6	4,3	4,7
Banco do Brasil	11,9	11,8	10,0	9,7	9,9	8,8	7,8	8,3	8,7
Caixa Econômica Federal	8,9	9,1	5,4	5,2	3,8	3,9	3,9	3,9	4,1
Bancos Privados Nacionais	54,2	51,8	49,8	46,7	50,3	51,1	48,7	53,2	52,9
Bancos com Controle Estrangeiro	11,4	14,3	21,9	25,5	28,3	30,7	32,9	28,1	27,1
Cooperativa de Crédito	1,3	1,6	1,6	1,8	2,0	2,0	2,2	2,2	2,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil - Cosif (2004)

Confirma-se quando são analisados os dados que com a entrada dos bancos estrangeiros houve uma diminuição significativa no patrimônio líquido das instituições nacionais. No caso dos bancos públicos, foi onde houve a maior queda percentual, passando de 12,4% em 1996 para 4,7% em 2004. Mostra-se que os bancos públicos foram os que mais sofreram os impactos da concorrência com os bancos estrangeiros, apesar de já estarem em desvantagem competitiva em relação aos bancos privados nacionais, devido aos motivos que já foram expostos anteriormente.

Quando se analisam as operações de crédito na tabela 04, confirma-se que a entrada dos bancos estrangeiros diminuiu a participação de todos os segmentos bancários, em especial da Caixa Econômica Federal e dos bancos públicos. Em contrapartida, houve um aumento das operações de crédito dos bancos privados nacionais e principalmente dos bancos com controle estrangeiro. Houve um maior impacto no setor público devido as privatizações e falências destes bancos, apoiados pelo Governo Federal através de programas como o PROES.

Tabela 04: Participação Percentual das Instituições do Segmento Bancário nas Operações de Crédito deste segmento (1996 – 2004)

Instituições	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	23,5	10,3	8,9	8,1	5,1	3,1	4,8	4,5	4,4
Banco do Brasil	10,6	11,0	12,1	10,6	11,0	14,5	16,2	20,4	19,4
Caixa Econômica Federal	24,0	30,9	32,3	28,7	23,0	7,1	7,6	7,9	7,5
Bancos Privados Nacionais	31,9	35,4	31,0	31,7	34,5	42,1	39,7	41,3	41,3
Bancos com Controle Estrangeiro	9,5	11,7	14,9	19,8	25,2	31,5	29,9	23,8	25,1
Cooperativo de Crédito	0,5	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,8	2,1	2,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil - Cosif, 2004.

A primeira instituição que ingressou no país após a liberalização implantada pelo Plano Real foi o banco holandês Raibobank Nederlands. Dentre os principais bancos que ingressaram no Brasil destaca-se HSBC. No final do ano de 1998 ocorreu a venda total das ações do Banco Real para o Abn Amro Bank.

Do ponto de vista de países desenvolvidos que se abriram a entrada de instituições financeiras do exterior, podem ser levantadas varias razoes que estimularam as autoridades nacionais, em especial aquelas dos países relativamente mais atrasados, a permitirem e até promoverem a entrada de bancos estrangeiros em suas economias aos últimos anos:

- ✓ Os bancos estrangeiros ampliam o leque e a qualidade de oferta de produtos financeiros disponíveis aos agentes residentes, contribuindo para a modernização das habilidades e tecnologias usadas nos sistemas financeiros, mesmo indiretamente, uma vez que os bancos domésticos, coagidos pela concorrência, procuram emular o comportamento dos bancos estrangeiros e, desta maneira, aumenta a eficiência de todo o sistema bancário;
- ✓ Habitados a mercados mais sofisticados e profundos, os bancos estrangeiros pressionam e encaminham as autoridades governamentais em direção a um sistema de regulação e de supervisão bancária mais solido, transparente e rigoroso;
- ✓ Pelos canais diretos que dispõem, com agentes situados em economias fornecedoras de capital, a presença de bancos estrangeiros tende a ampliar o acesso do país aos fluxos de capitais internacionais, podendo também tornar a oferta de crédito menos sensíveis as fases depressivas dos ciclos macroeconômicos domésticos (LEVINE, 1997; GOLDBERG; 2000).

Para a maioria dos executivos do país a entrada de bancos estrangeiros melhorou a qualidade dos serviços e a aquisição de novas tecnologias. Porem, outros executivos criticam a liberalização do mercado bancário brasileiro devido a algumas situações:

- ✓ O real ficaria mais vulnerável, pois os bancos estrangeiros poderiam lucrar apostando contra a moeda nacional, usando o seu fundo em reais e comprando moeda estrangeira do Banco Central;
- ✓ O Banco Central tem um poder maior sobre os bancos nacionais porque o fundo deles é local;
- ✓ Nenhum país desenvolvido, na prática, permite que seus maiores bancos sejam comprados por estrangeiros (FREITAS, 1999).

O aumento da eficiência bancária com a entrada de bancos estrangeiros tem sido confirmado através de diversos estudos em muitos países. Segundo Claessens et. al (1998) ao avaliar dados de uma amostra de 80 países, encontrou-se evidências de que a entrada de bancos estrangeiros reduziu a lucratividade média dos bancos nacionais e das suas despesas operacionais, sem provocar efeitos significativos sobre as margens líquidas de juros e o nível de provisão para devedores duvidosos. Para os autores esse resultado mostra uma melhoria na eficiência dos sistemas bancários nacionais.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

ÁREA GEOGRÁFICA DE ESTUDO E FONTE DE DADOS

A pesquisa foi feita para o Brasil, nos anos de 1998 a 2005, com base na disponibilidade de dados para o período estudado. Os dados utilizados foram de origem secundária obtidos nos balanços patrimoniais semestrais das instituições bancárias, extraídas do relatório “50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional” no site do Banco Central do Brasil (Bacen). O estudo analisou uma amostra de 45 bancos obtidos no ranking dos 50 maiores por ativo total.

Quadro1 – Amostra dos Bancos

Bancos	Classificação	Sigla
1. ABC Brasil	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
2. ABN Amro	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
3. Banco do Brasil	Público Federal	PF
4. Banestado	Público Estadual	PE
5. Banestes	Público Estadual	PE
6. BankBoston	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
7. Banrisul	Público Estadual	PE
8. Barclays	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
9. BASA	Público Federal	PF
10. BEC	Público Federal	PF
11. BIC	Privado Nacional	PN
12. BMC	Privado Nacional	PN
13. BMG	Privado Nacional	PN
14. BNB	Público Federal	PF
15. Bradesco	Privado Nacional	PN
16. BRB	Público Estadual	PE
17. BVA	Privado Nacional	PN
18. CEF	Público Federal	PF
19. Cédula	Privado Nacional	PN
20. Citibank	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
21. Clássico	Privado Nacional	PN
22. Credibel	Privado Nacional	PN

23. Daycoval	Privado Nacional	PN
24. Deutsche	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
25. Fator	Privado Nacional	PN
26. Fibra	Privado Nacional	PN
27. Ford	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
28. HSBC	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
29. ING	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
30. Itaú	Privado Nacional	PN
31. JP Morgan	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
32. Mercantil do Brasil	Privado Nacional	PN
33. Nossa Caixa	Público Estadual	PE
34. Pactual	Privado Nacional	PN
35. Prosper	Privado Nacional	PN
36. Rural	Privado Nacional	PN
37. Safra	Privado Nacional	PN
38. Santander	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
39. Sofisa	Privado Nacional	PN
40. Sudamerisa	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
41. Tokyo	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
42. Triangulo	Privado Nacional	PN
43. Unibanco	Privado com Participação Estrangeira	PPE
44. Volks	Privado com Controle Estrangeiro	PCE
45. Votorantim	Privado Nacional	PN

Fonte: Banco Central, 2006.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A metodologia foi baseada no trabalho de Puga (1999) que mede o Índice de Eficiência dos bancos através do indicador internacional calculado por:

$$Eficiencia (Ef) = \frac{A1}{((A2 + A3 + A4 + A5) - (A6) + (A7))}$$

Onde:

A1 = Despesas Administrativas;

A2 = Rendas de Operações de Crédito;

A3 = Rendas de Câmbio;

A4 = Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;

A5 = Rendas de Títulos e Valores Mobiliários;

A6 = Despesas de Captação;

A7 = Rendas de Prestações de Serviços.

Estas contas foram obtidas dos balancetes dos bancos disponíveis no site do Banco Central do Brasil. O Índice de Eficiência bancária retrata quanto às instituições bancárias tiveram que assumir de despesas administrativas para gerarem suas rendas de intermediação financeira e de prestação de serviços. Sendo assim, quanto maior o Índice de Eficiência, menos eficiente mostra-se a instituição bancária. Baseado no cálculo do Índice de Eficiência foi formulado um intervalo que mostra os graus de eficiência dos bancos:

- ✓ Grau Elevado de Eficiência: $0 < Ef < 0,30$
- ✓ Grau Médio de Eficiência: $0,30 \leq Ef < 0,70$
- ✓ Grau Baixo de Eficiência: $Ef \geq 0,70$

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da eficiência mostram o comportamento do mercado bancário brasileiro no período analisado. O indicador utilizado para o cálculo da eficiência consiste na divisão das despesas administrativas pelo somatório das rendas (operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e prestação de serviços) menos as despesas de captação.

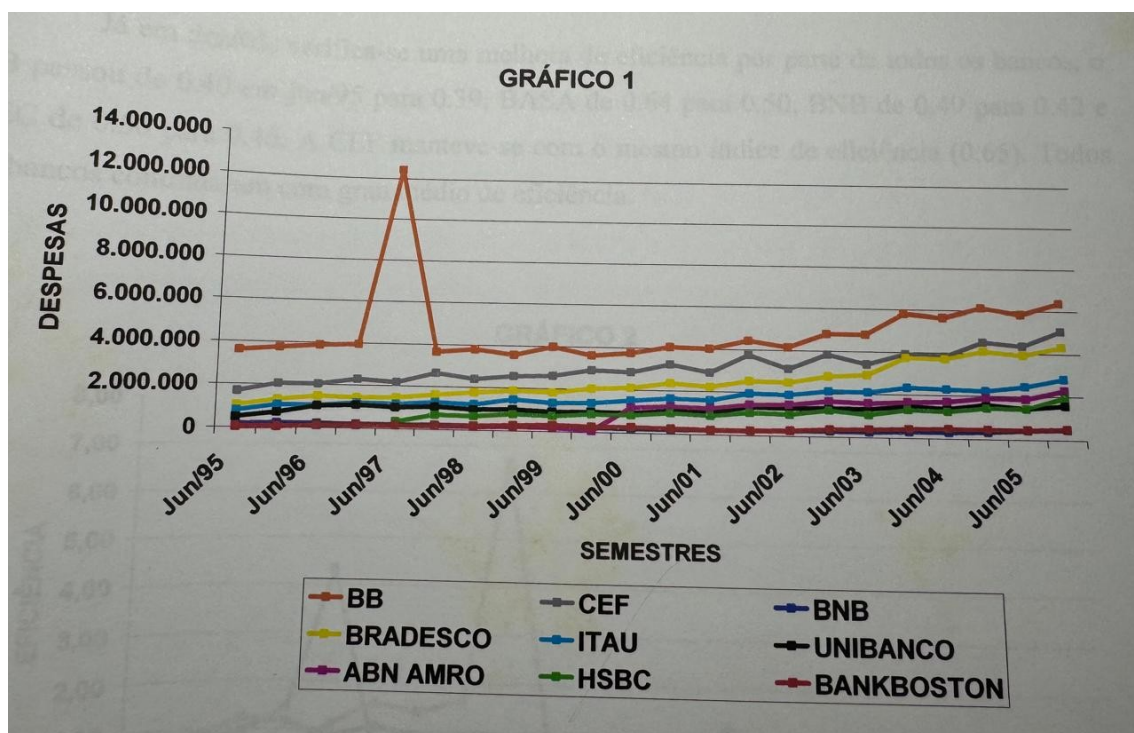
Para atuar de forma eficiente no mercado bancário segundo o índice de eficiência, é necessário ter suas rendas maiores que suas despesas, devido a esse índice terá seu grau elevado de eficiência quando suas despesas administrativas apresentarem valores reduzidos.

DESPEASAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são essenciais para o cálculo do índice de eficiência. Ao analisar estas despesas pode-se perceber quais os bancos apresentaram maiores ou menores graus de

eficiência. Temos como exemplo de algumas despesas administrativas a remuneração, encargos, treinamento, materiais, transportes, serviços de terceiros, dentre outros.

No gráfico 1 compara-se as despesas administrativas entre os bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco), com controle estrangeiro (Abn Amro, Bankboston e HSBC), públicos federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e a Caixa Economica Federal. Os bancos públicos federais possuem as maiores despesas, com exceção do BNB que possui baixas despesas administrativas, devido possuírem poucas agencias e profissionais altamente qualificados, igualando-se aos bancos estrangeiros que possuem as menores despesas administrativas, devido ao uso de tecnologias avançadas no setor bancário. Os bancos privados nacionais, apesar de apresentarem despesas administrativas menores que os bancos públicos federais e maiores que os estrangeiros, mostram poucas modificações no comportamento de suas despesas administrativas.



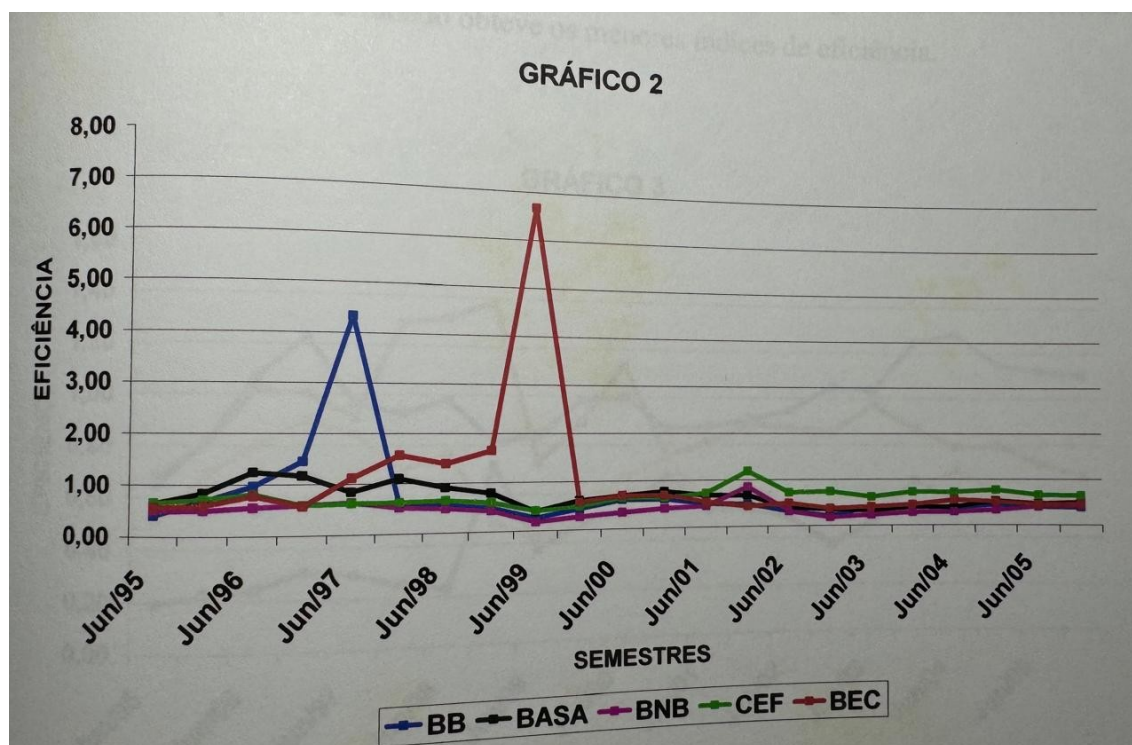
Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

EFICIÊNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS

Para a análise da eficiência dos bancos públicos federais, verifica-se no gráfico 2 que em jun/95 todos os bancos (Banco do Brasil – 0,40; Basa – 0,64; BNB – 0,49; CEF – 0,65 e BEC – 0,56) tinham o grau médio de eficiência, no qual o mais eficiente era o Banco do Brasil e o menos a Caixa Econômica Federal. Já em jun/97 o Banco do Brasil tornou-se o menos eficiente, alcançando um

índice de eficiência maior que 4.33. Um dos fatores que acentuaram essa situação foram as altas despesas administrativas deste banco. Da mesma maneira ocorreu com o BEC, no qual a situação deste foi pior, chegou ao índice de eficiência maior que 6.67. Porém essa situação foi revertida com a federalização do BEC que ocorreu em dez/99, pois este era um banco estadual e passou a ser federal, como uma tentativa de interromper a decadência do banco para uma posterior privatização, o que de fato aconteceu em dezembro de 2005 que passou para o controle do Bradesco.

Já em dez/05, verifica-se uma melhora de eficiência por parte de todos os bancos, o Banco do Brasil passou de 0,40 em jun/95 para 0,39, Basa de 0,64 para 0,50, BNB de 0,49 para 0,42 e BEC de 0,56 para 0,46. A CEF manteve-se com o mesmo índice de eficiência (0,65). Todos os bancos continuaram com grau médio de eficiência.



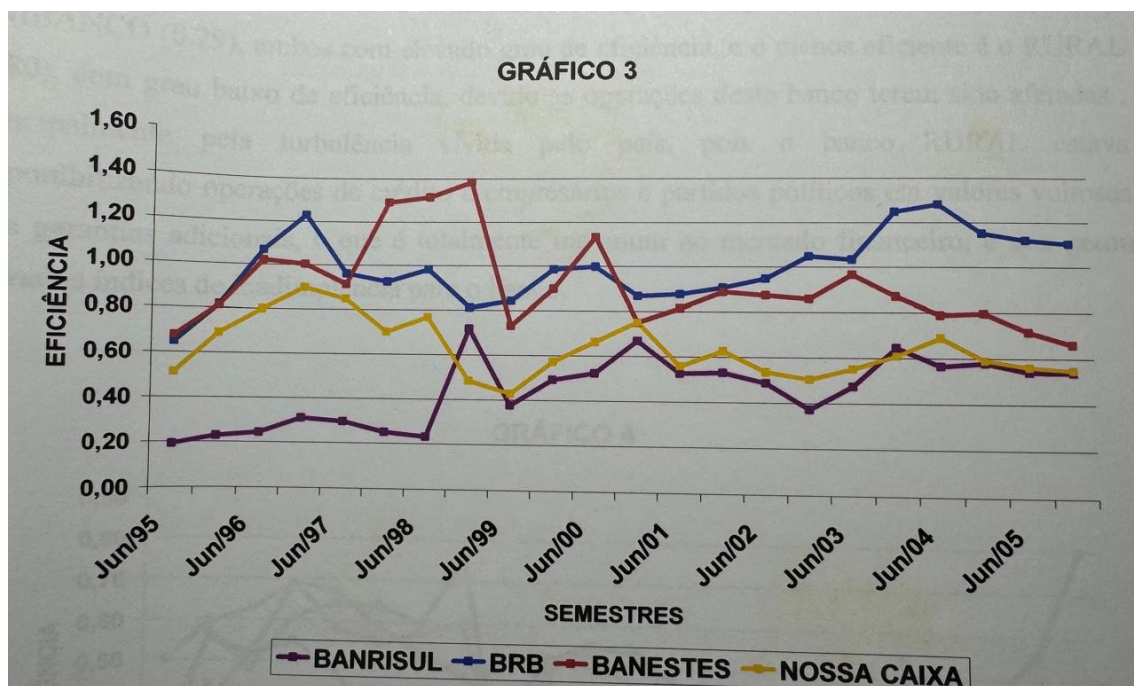
Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

EFICIÊNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Utiliza-se como amostra os seguintes bancos estaduais: Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Banco de Brasília (BRB), Banestes e a Nossa Caixa. Nas eficiências dos bancos públicos estaduais nota-se uma grande dispersão entre os índices. Em jun/95 o mais eficiente era o Banrisul

(0,19), com um grau elevado de consciência, e o menos eficiente era o Banestes (0,68), com o grau médio de eficiência.

Com estes bancos não uma houve uma melhora de eficiência em jun/99 como ocorreu com a maioria dos bancos devido a uma melhor adequação a concorrência com os bancos estrangeiros. Porém, isso aconteceu devido a decadência dos bancos estaduais que se intensificou com a implantação do Plano Real, no qual uma das medidas foi o PROES (Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual) que tinha como finalidade sanear os bancos estaduais, pois estes não davam retorno suficiente ao que era captado por eles. Em dez/95 os mais eficientes são o Banrisul (0,54) que mantém sua posição, mas passou de elevado grau de eficiência para médio, e a Nossa Caixa (0,55), que possui grau médio de eficiência. O menos eficiente é o BRB (1,1), que possui grau baixo de eficiência e que durante todo o período estudado obteve os menores índices de eficiência.



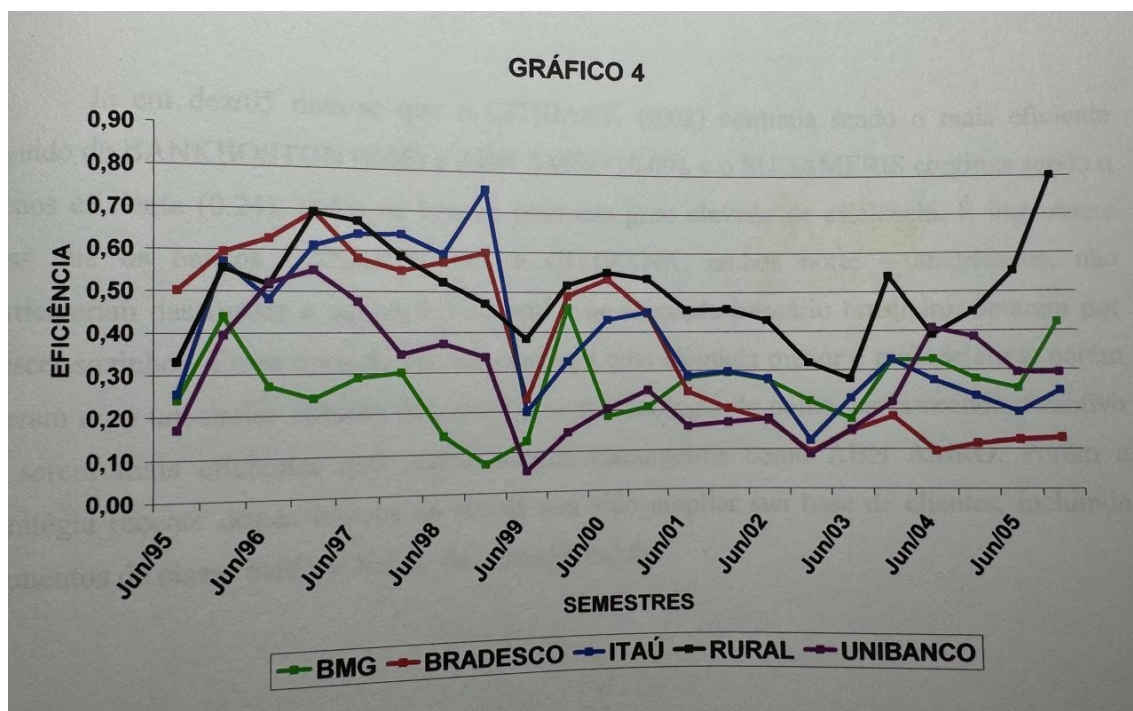
Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

EFICIÊNCIA DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS

Para os bancos privados nacionais, utiliza-se uma amostra com 5 bancos (Bmg, Bradesco, Itaú, Rural e Unibanco) de significativa participação no mercado bancário, como mostra o gráfico 4.

Em jun/95 nota-se que o banco menos eficiente é o Bradesco (0,50), grau médio de eficiência, e o mais eficiente é o Unibanco (0,17), grau elevado de eficiência. Já em jun/99 verifica-se uma melhora na eficiência de todos os bancos, isso ocorreu devido a adequação dos bancos nacionais, principalmente os privados, a concorrência com os bancos entrantes. Temos como melhor exemplo o Bradesco que se adaptou a esta concorrência expandindo seus negócios através de fusões e aquisições, muito comuns após o Plano Real, e com o desenvolvimento de tecnologias. Sendo importante lembrar que o Bradesco foi o primeiro banco a utilizar movimentações financeiras via internet.

Em dez/05 tem-se um panorama completamente diferente do início do período, no qual o Bradesco torna-se o mais eficiente (0,13), seguido do Itaú (0,25) e do Unibanco (0,29), ambos com elevado grau de eficiência, e o menos eficiente é o Rural (0,80), com grau baixo de eficiência, devido as operações deste banco terem sido afetadas, principalmente pela turbulência vivida pelo país, pois o banco Rural estava disponibilizando operações de crédito a empresários e partidos políticos em valores vultosos sem garantias adicionais, o que é totalmente incomum no mercado financeiro, e que gerou elevados índices de inadimplência para o banco.

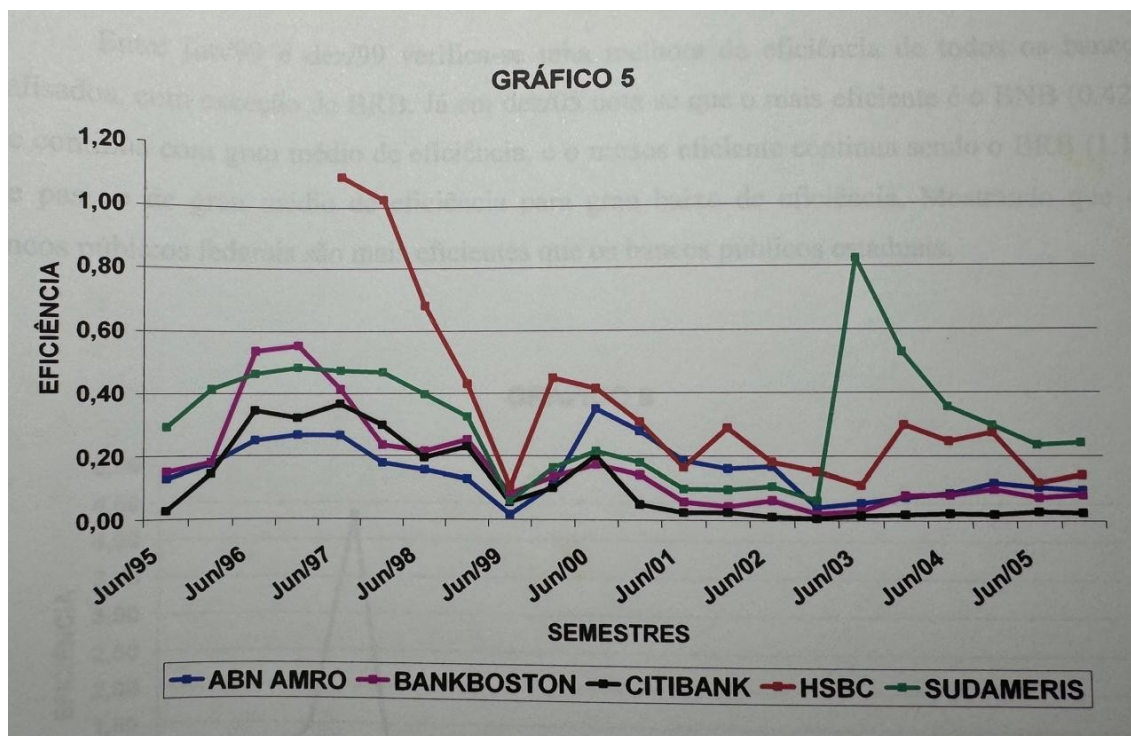


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

EFICIÊNCIA DOS BANCOS COM CONTROLE ESTRANGEIRO

Utilizam – se os seguintes bancos estrangeiros para a análise da eficiência: Abn Amro, Bankboston, Hsbc e Sudameris. Tendo como observação que o HSBC ingressou no mercado bancário brasileiro a partir de jun/97 com a compra do banco Bamerindus.

No gráfico 5, verifica-se que o banco menos eficiente era o Sudameris (0,29), grau médio de eficiência, e o mais eficiente o Citibank (0,03), grau elevado de eficiência. Houve uma melhora na eficiência dos bancos em jun/99, devido a adequação destes bancos ao mercado bancário brasileiro e modificações nas próprias instituições, pois a maioria dos bancos estrangeiros entraram no Brasil através de compras de outros bancos, fusões ou aquisições. Como se sabe, estas mudanças necessitam de tempo para a incorporação da instituição adquirida.



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

Já em dez/05 nota-se que o Citibank (0,02) continua sendo o mais eficiente seguido de Bankboston (0,08) e Abn Amro (0,09) e o Sudameris continua sendo o menos eficiente (0,24), todos os bancos possuem grau elevado de eficiência. É importante citar que os bancos Bankboston e Citibank, ambos norte-americanos, não participaram das fusões e aquisições ocorridas no mercado bancário brasileiro, optaram por crescer sozinhos. Esses tipos de bancos possuem uma clientela

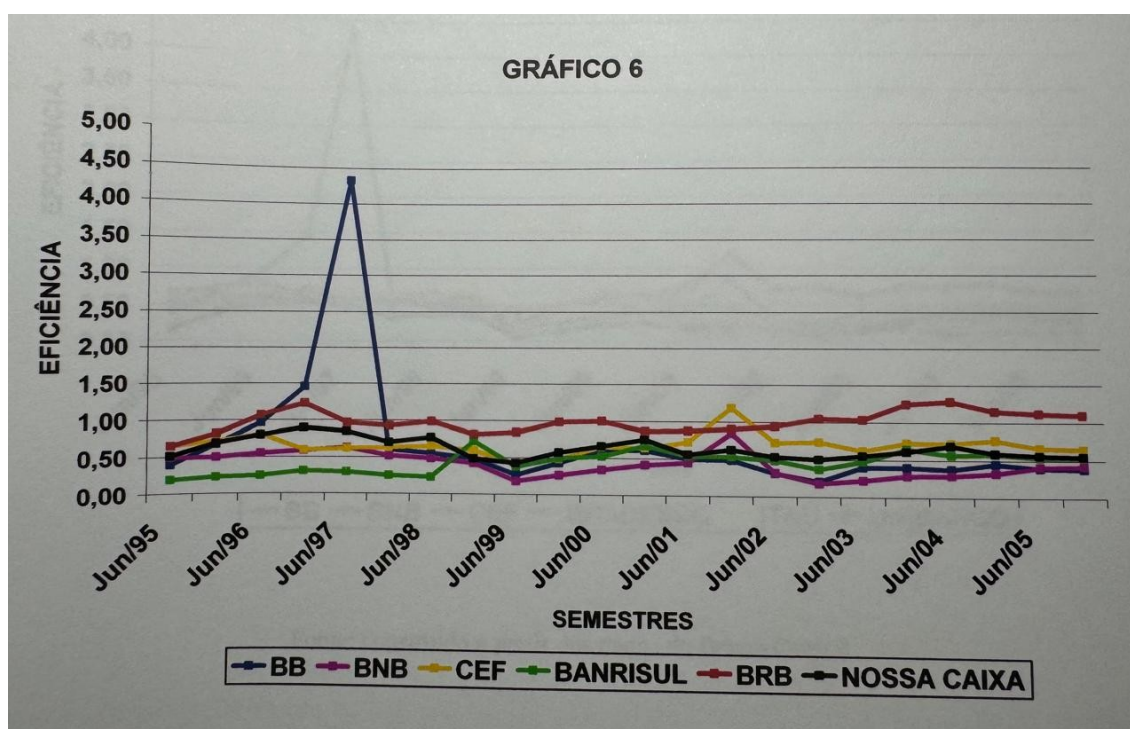
menor e mais seletiva, porém operam com um maior volume de capital e com tecnologia de ponta, esclarecendo o motivo de serem mais eficientes que outros bancos estrangeiros como Abn Amro. No entanto, a estratégia recente desses bancos no Brasil tem sido ampliar sua base de clientes, incluindo segmentos da classe média e firmas de tamanho médio.

COMPARAÇÃO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS BANCOS POR TIPO DE CONTROLE

Após a análise das eficiências dos bancos públicos estaduais, públicos federais, privados nacionais e com controle estrangeiro separadamente, a seguir serão analisadas as comparações entre estes diferentes tipos de controle bancário.

a) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Públicos Estaduais e Federais

No gráfico 6, comparam-se as eficiências entre os bancos públicos estaduais e federais. Nota-se quem em jun/95 o mais eficiente foi o Bannrisul (0,19), banco publico estadual com grau elevado de eficiência, seguido do BNB (0,49), banco publico federal com grau médio de eficiência, e o menos eficiente é o BRB (0,65), banco publico estadual com grau médio de eficiência.

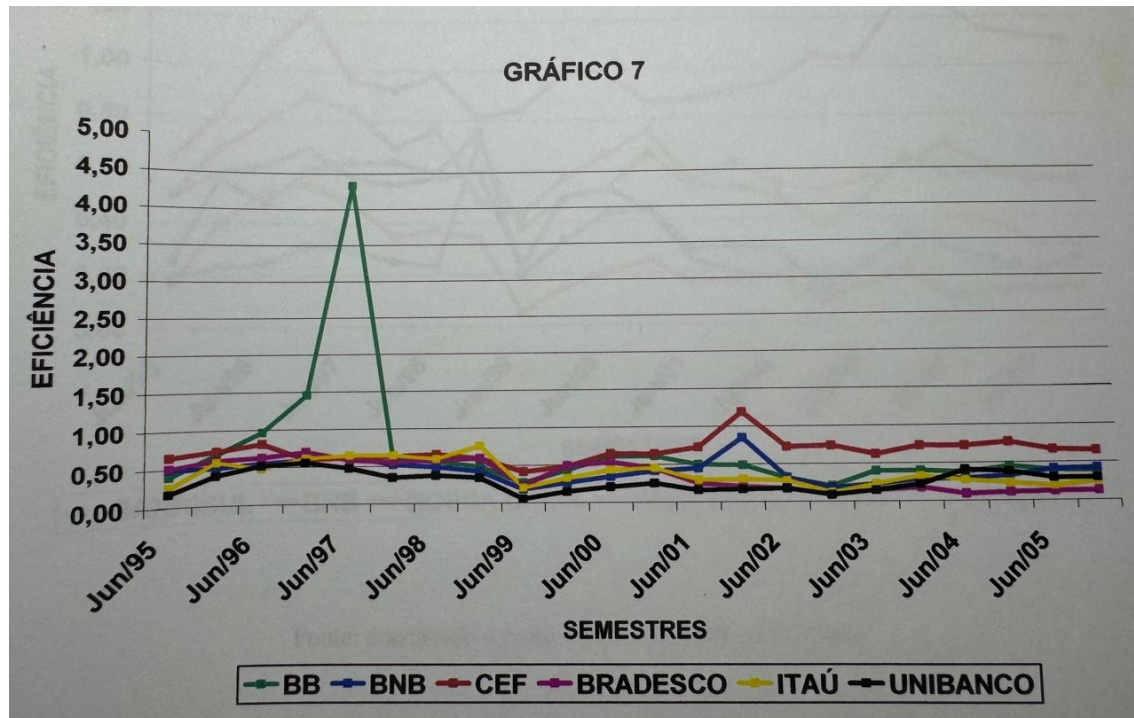


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

Entre jun/99 e dez/99 verifica-se uma melhora de eficiência de todos os bancos analisados, com exceção do BRB. Já em dez/05 nota-se que o mais eficiente é o BNB (0,42), que continua com grau médio de eficiência, e o menos eficiente continua sendo o BRB (1,1), que passou de grau médio de eficiência para grau baixo de eficiência. Mostrando que os bancos públicos federais são mais eficientes que os bancos públicos estaduais.

b) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Públicos Federais e Privados Nacionais

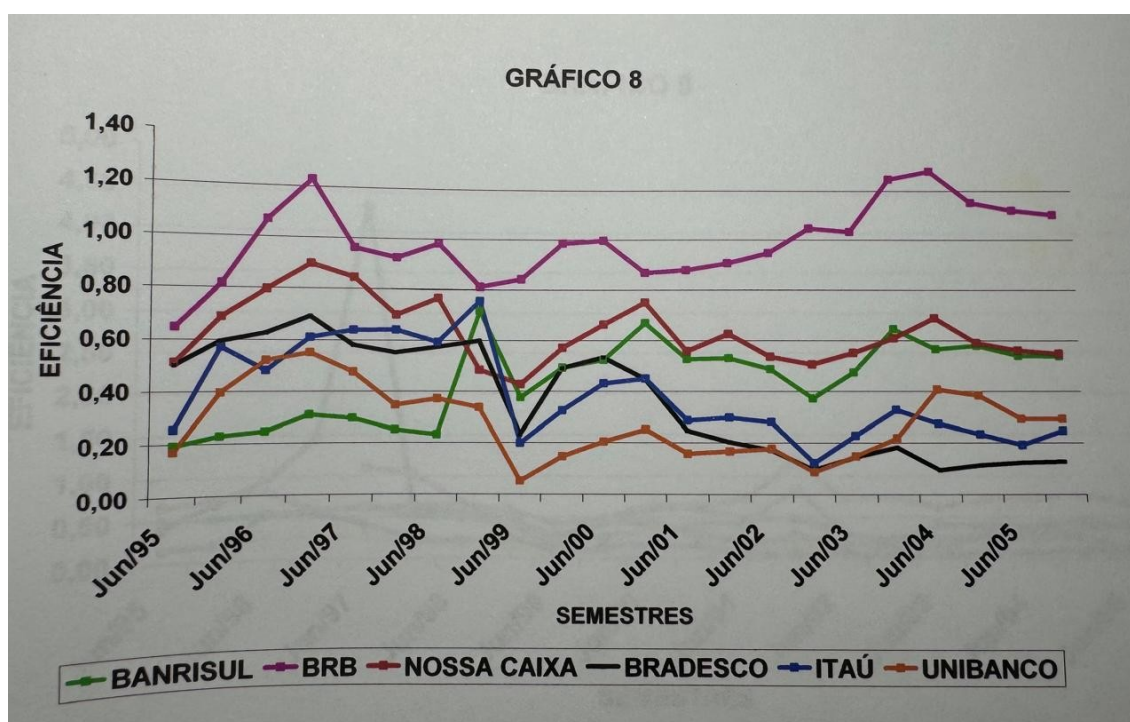
Quando se compara os bancos públicos federais (BB – 0,40; BNB – 0,49 e CEF – 0,65) com os bancos privados nacionais (Bradesco – 0,5; Itaú – 0,25 e Unibanco – 0,17), no gráfico 7, nota-se que em todo o período estudado os bancos privados nacionais foram mais eficientes, com exceção do Bradesco que em jun/95 tinha índice de eficiência 0,5, sendo o índice maior que o do BB e do BNB, Porém, o comportamento do índice de eficiência do Bradesco melhorou tanto que em dez/05 tornou-se o mais eficiente (0,13), passando de grau médio de eficiência para grau elevado de eficiência, seguido do Itaú (0,25) e do Unibanco (0,29). Sendo importante ressaltar a melhora de eficiência do BNB (0,49 para 0,42) e do BB (0,40 para 0,39) no período estudado.



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

c) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Públicos Estaduais e Privados Nacionais

A comparação entre os bancos públicos estaduais com os bancos privados nacionais está no gráfico 8. Verifica-se que em jun/95 o mais eficiente era o Unibanco (0,17), grau elevado de eficiência, e o menos eficiente era o BRB (0,65), grau médio de eficiência. Nota-se que no início do período estudado, alguns bancos públicos estaduais tinham uma eficiência melhor que os bancos privados nacionais, como o BNB (0,49) em relação ao Bradesco (0,50). No entanto, em poucos semestres, esta situação se reverteu e em dez/05 temos que o mais eficiente é o Bradesco (0,13), que passou de grau médio de eficiência para grau elevado de eficiência. Confirma-se que os bancos privados nacionais são mais eficientes que os bancos públicos estaduais.

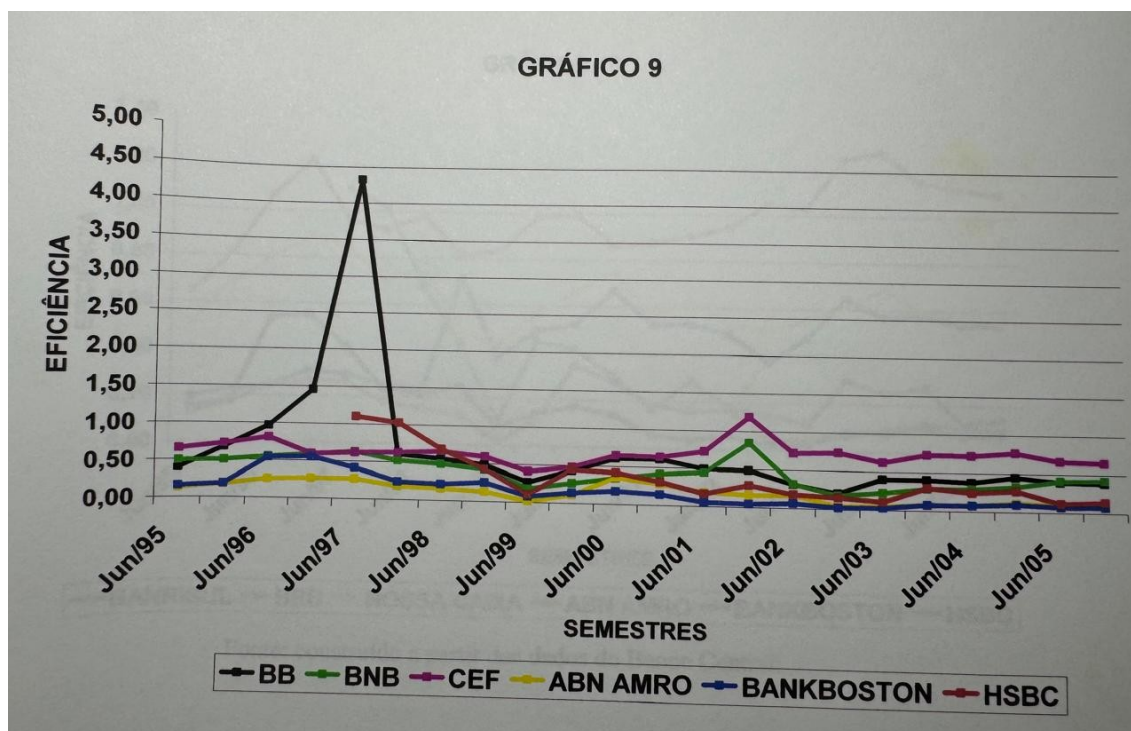


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

d) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Públicos Federais e os Estrangeiros

Comparando as eficiências dos bancos públicos federais (BB – 0,40; BNB – 0,49 e o CEF – 0,65) e os bancos estrangeiros (Abn Amro – 0,13; Bankboston – 0,15 e HSBC – 1,1), verifica-se que em todo o período analisado os bancos estrangeiros possuem a melhor eficiência. Sendo que o HSBC entrou no mercado bancário brasileiro em jun/97 através da compra do banco Bamerindus, dessa forma seu índice de eficiência estava em 1,1, mas já nos semestres seguintes após a sua adaptação ao

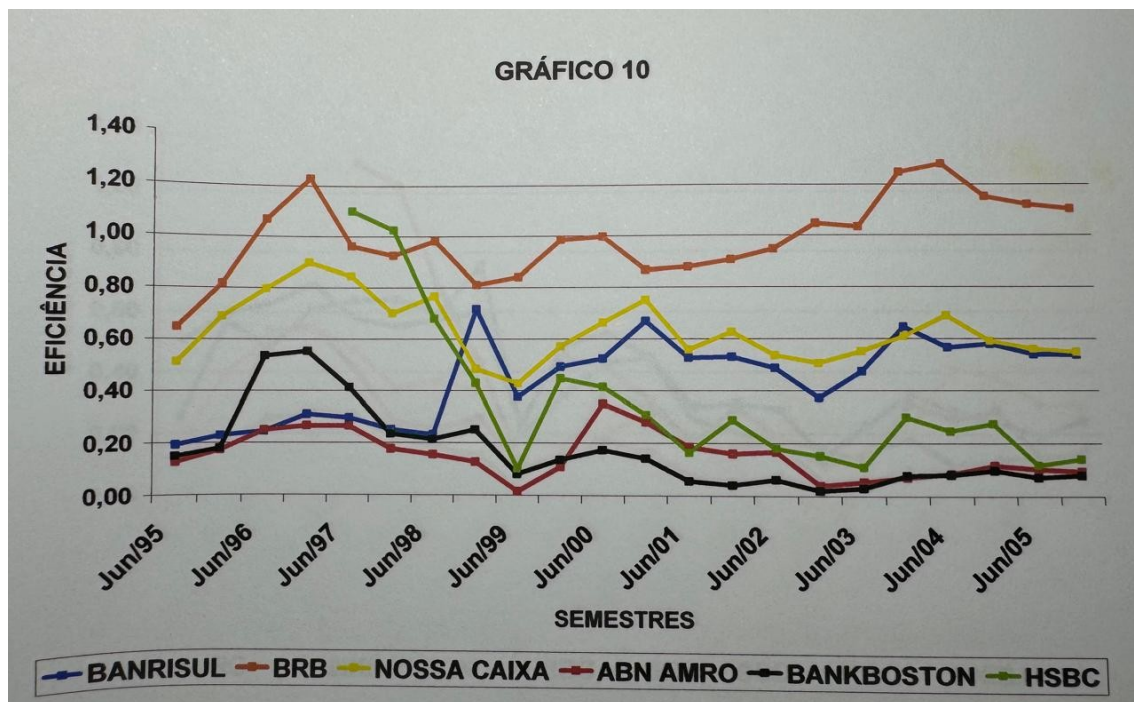
mercado nacional e as mudanças ocorridas na própria instituição, seu índice passou em jun/99 para 0,1, passando de grau baixo de eficiência para grau elevado de eficiência. Mostrando que os bancos estrangeiros possuem índices de eficiência bem melhores que os bancos federais. Não podendo esquecer de citar o BNB como o de melhor eficiência entre os bancos federais.



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

e) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Públicos Estaduais e os Estrangeiros

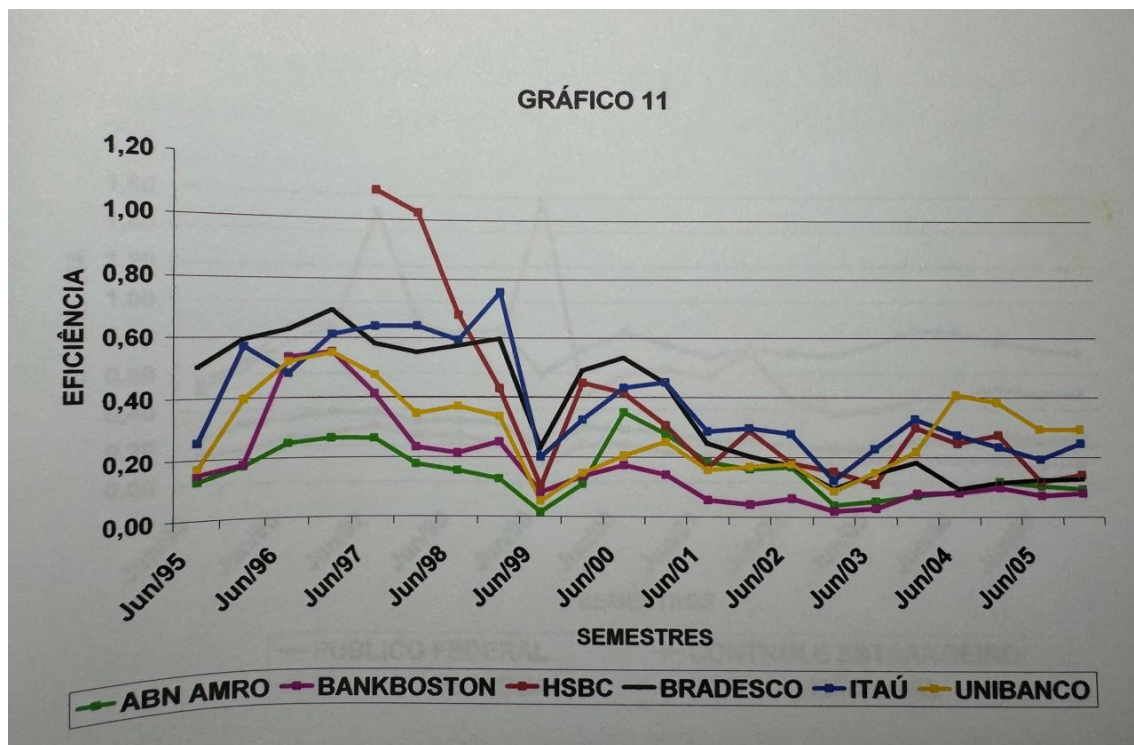
Já entre os bancos públicos estaduais e estrangeiros, no gráfico 10, no início do período os bancos estrangeiros Abn Amro (0,13) e Bankboston (0,15) possuem a melhor eficiência juntamente como Banrisul (0,19), ambos com grau elevado de eficiência. A partir de dez/99 os bancos estrangeiros mantem a melhor eficiência ate dez/05 (Abn Amro – 0,09; Bankboston – 0,08 e HSBC – 0,14).



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

f) Comparação entre as Eficiências dos Bancos Privados Nacionais e Estrangeiros

Os bancos privados nacionais, quando comparados com os bancos estrangeiros, gráfico 11, nota-se que em jun/95 os mais eficientes são o Abn Amro (0,13), Bankboston (0,15) e o Unibanco (0,17). Já em dez/05 verifica-se que os mais eficientes são o Bankboston (0,08), Abn Amro (0,09) e o Bradesco (0,13), ambos com grau elevado de eficiência. Nota-se que os bancos estrangeiros são mais eficientes que os bancos privados nacionais, apesar de em dez/05 o Bradesco ter sido mais eficiente que o HSBC.

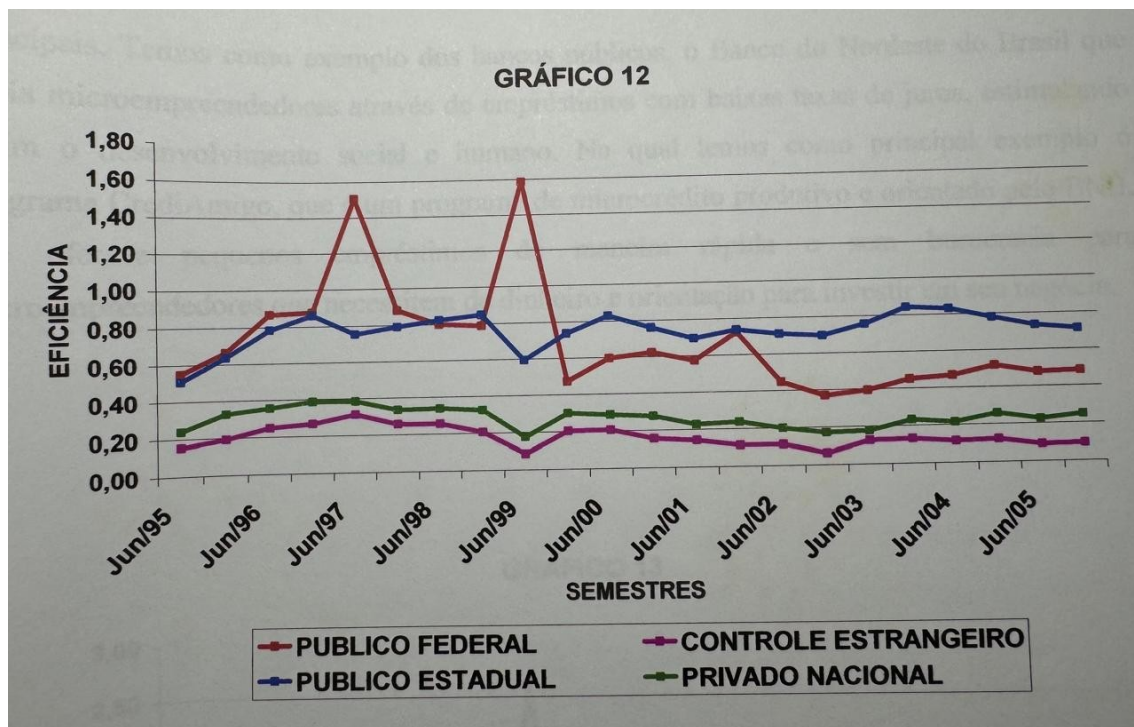


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

Mostra-se que primeiramente a entrada de bancos estrangeiros prejudicou o mercado dos bancos nacionais, porém estes se adaptaram a concorrência com os bancos estrangeiros para não perder seus lugares no mercado e no final do período estudado, nota-se que houve uma melhora significativa dos bancos privados nacionais. Esta melhora ocorreu devido ao desenvolvimento de tecnologias de informação e de sistemas operacionais e de controle, qualificação de profissionais e a expansão de seus bancos através de fusões e aquisições.

g) Eficiência por Controle Bancário

No gráfico 12, observa-se o comportamento das eficiências por controle bancário. Nota-se que os bancos públicos, tanto estaduais como federais, são menos eficientes. Dando ênfase que no início do período os bancos públicos federais eram menos eficientes que os estaduais, mas a partir de jun/00 os bancos públicos estaduais tornaram-se menos eficientes até o final do período estudado. Isto aconteceu devido ao programa de saneamento dos bancos estaduais imposto pelo Plano Real.

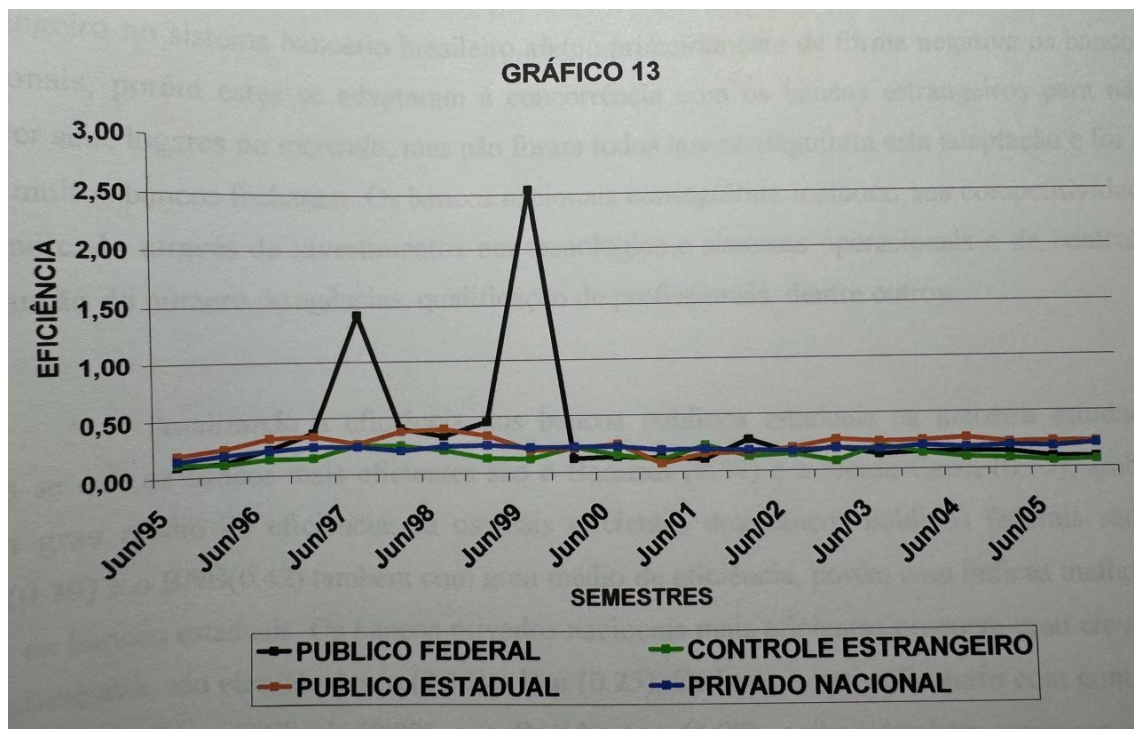


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

Já os bancos privados nacionais são mais eficientes que os bancos públicos estaduais e federais, e menos eficientes que os bancos com controle estrangeiro. Os bancos mais eficientes são os com controle estrangeiro.

h) Dispersão das Eficiências por Controle Bancário

No gráfico 13, nota-se que as maiores dispersões se davam entre os bancos públicos estaduais e federais, mas em jun/00 estas diminuíram devido as federalizações, vendas e falências dos bancos estaduais. Já entre os bancos privados nacionais e os estrangeiros não houve grandes dispersões, na qual se confirma que os bancos nacionais adaptaram-se a concorrência com os bancos estrangeiros, melhorando suas eficiências para manter-se no mercado bancário doméstico.



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central, 2006.

Lembrando que não somente os bancos privados nacionais que se adaptaram a competir com os bancos estrangeiros, mas todo o mercado bancário nacional. Porém, os bancos que estão tendo melhores resultados são os bancos privados nacionais, devido aos seus principais objetivos de mercado que são os aumentos dos lucros, diferente dos bancos públicos que além de serem utilizados principalmente como instrumento de desenvolvimento e inserção social, não são muito criteriosos no crédito que concedem, diferentemente dos bancos privados nacionais. Sabe-se que atualmente a maioria dos bancos estão envolvidos com essa responsabilidade social que se fala tanto, mas estes não são seus objetivos principais. Temos como exemplo dos bancos públicos, o BNB que apoia microempreendedores através de empréstimos com baixas taxas de juros, estimulando assim o desenvolvimento social e humano. No qual temos como principal exemplo o Programa CrediAmigo, que é um programa de microcrédito produtivo e orientado pelo BNB, que oferece pequenos empréstimos de maneira rápida e sem burocracia para microempreendedores que necessitem de dinheiro e orientação para investir em seu negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de estabilização macroeconômica afetou negativamente os bancos que conviviam com um quadro de inflação muito favorável e, nesse novo ambiente pós Plano Real, as autoridades monetárias adotaram mecanismos para fortalecer o sistema. Dentre esses, destaca-se a redução das restrições a entrada dos bancos estrangeiros para aumentar a competição e a eficiência do sistema doméstico.

Esta pesquisa constatou que a maior participação dos bancos com controle estrangeiro no sistema bancário brasileiro afetou primeiramente de forma negativa os bancos nacionais, porém estes se adaptaram a concorrência com os bancos estrangeiros para não perder seus lugares no mercado, mas não foram todos que conseguiram esta adaptação e foi aí que muitos bancos fecharam. Os bancos nacionais conseguiram melhorar sua competitividade de mercado através de investimentos em tecnologias e sistemas operacionais e de controle, expansão do número de agências, qualificação de profissionais, dentre outros.

Analisando a eficiência dos bancos públicos estaduais na amostra estudada, nota-se que os bancos mais eficientes são o Banrisul (0,54) e a Nossa Caixa (0,55), ambos com grau médio de eficiência. Já os mais eficientes dos bancos públicos federais são o Banco do Brasil (0,39) e o Banco do Nordeste (0,42) também com grau médio de eficiência, porém com índices melhores que os bancos estaduais. Os bancos privados nacionais mais eficientes possuem grau elevado de eficiência, são eles, Bradesco (0,13) e Itaú (0,25). Os bancos mais eficientes com controle estrangeiro são o Citibank (0,02) e o Bankboston (0,08), ambos também possuem grau elevado de eficiência, mas possuem índices de eficiência bem melhores que os bancos privados nacionais.

Conclui-se que os bancos públicos federais são somente mais eficientes do que os bancos públicos estaduais; os privados nacionais são mais eficientes que os bancos públicos, tanto estaduais e federais, e menos eficientes que os bancos estrangeiros. Sendo importante ressaltar que atualmente os bancos privados nacionais como o Bradesco, Itaú e o Unibanco, alcançam resultados tão bons ou mesmo superiores aos de seus rivais estrangeiros instalados no Brasil. Em resumo, mesmo com o ganho de eficiência por parte dos bancos nacionais, os bancos estrangeiros continuam sendo os mais eficientes.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALLEN, F.; SANTOMERO, A.M. The Theory of Financial Intermediation. **Jornal of Banking and Finance**, n.21, 1998, 1461-1485p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Plano Contábil das Instituições Financeiras, 2006. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados contábeis das 50 maiores instituições financeiras**, 2006. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2006.

BASTOS, C.R; MARTINS, I.G. **Comentários a Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, v.7, 1990.

BHATTACHARYA, S.; THAKOR, A. V. Contemporary Banking Theory. **Journal of Financial Intermediation**, n.3, 1993, 2-50p.

CAPRIO, G Jr; HONOHAN, P.; STIGLITZ, J. E. Financial Liberalization: How Far? How Fast? Introduction and overview. **Policy Research Working Papers**. Washington D.C: World Bank, 1999.

CARMO LOPES, J.; ROSSETTI, J.P. **Economia Monetária**. 5 edição. São Paulo: Atlas, 1991.

CARNEIRO, D.; WERNECK, R.L.F; GARCIA, M.G.P; BONOMO, M.A. Strenghtening Brazils financial economy. **Working Paper**, n. 142. Inter American Development Bank, 1993.

CARVALHO, Fernando de Cardim. **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, Fernando de Cardim. New Competitive Strategies foreign banks in large emerging economies: the case of Brazil. Banca Nazionale del Lavoro. **Quaterly Review**, n.213, 2000, 135-169p.

D'AVILA, Luiz Alberto. **Risco e Competição Bancária no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceara (UFC), 2005.

DEMINGUC, Kunt; HUIZINGA, H. Determinants of Commercial bank interest margins and profitability: some international evidence. World Bank. **Discussion Paper**, n.1900, 1998.

DE PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, Maria Beatriz. **Tendencias recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil**, 2004.

FILHO, Armando Mellagi. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Atlas, 1998.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro Produtos e Serviços**. 9 edição, Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

FREITAS, M.C. **Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro**. São Paulo, IPEA/FAPESP, 1999.

FRY, Maxwell. **Money, Interest and Banking in Economic Development**. 2 edição, Rio de Janeiro: Baltimore MD, 1995.

GOLDBERG, Lawrence; WHITE, Lawrence. Banks and lending to small businesses. **Journal of Banking and Finance**, v.22, n.4, 1998, 851-867p.

HELLEINER, Eric. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Cornell University Press, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre inflação**, 1995. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em dezembro de 2005.

KING, Robert; LEVINE, R. Finance, Entrepreneurship and Growth: Theory and Evidence. **Journal of Monetary Economics**, n.32, 1993, 513-542p.

LEVINE, R. Financial Development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v.35, n.2, 1997, 688-726p.

MARTINELLO, Zuleide Costa. **Uma análise da Restruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiros**. Dissertação de Mestrado, 2001.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Editora UNB, v.1, 1973, 15p.

MOFFIT, M. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods a beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MUSSALEM, Josue Souto Maior. **A caminho de uma inevitável privatização**, 1997. Disponível em <http://www.truenet.com.br>. Acesso em abril de 2006.

MUSSALEM, Josue Souto Maior. **O fim de um modelo ultrapassado**, 1997. Disponível em <http://www.truenet.com.br>. Acesso em abril de 2006.

NEELY, A. **Measuring business performance**. London: The Economist Books, 1998.

PAULA, L.F; ALVES, A.J. Banking behavior and the Brazilian economy after the Real Plan: a post Keynesian approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, n.227, 2003.

PUGA, F.P. **Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade a crise cambial**. Textos para discussão, n.68, Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RUDGE, Luís Fernando; CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. 4 edição. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

WELLER, Christian. The supply of credit by multinational banks in developing and transition economies: determinants and effects. **Discussion paper of United Nation Department of Economic and Social Affairs**, n.16, 2001.

SOBRE A AUTORA

HARINE MATOS MACIEL

Economista (Universidade Federal do Ceará), Especialista em Desenvolvimento Econômico (Universidade Federal do Ceará) e em Docência na Educação Profissional (FAVENI), Mestre em Economia Rural (Universidade Federal do Ceará) e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Universidade Federal do Ceará). Professora do IFCE – campus Baturité. Membro do Grupo de Pesquisa GEMAS (Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade) e do Conselho Editorial da Quipá Editora.

Contato: harine@ifce.edu.br



ISBN 978-655376368-5



9

786553

763685